

**ANAIS DO
SEMINÁRIO INTERNACIONAL
EM POLÍTICA E GOVERNANÇA
EDUCACIONAL**

**PARA A CIDADANIA, DIVERSIDADE, DIREITOS HUMANOS
E MEIO AMBIENTE**

A decorative graphic consisting of several overlapping rounded squares of varying sizes, rendered in a light gray outline, scattered across the lower half of the page.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA – UCB

REALIZAÇÃO

Universidade Católica de Brasília- Programa de Mestrado e Doutorado em Educação

Reitor: Dr. Cícero Ivan Ferreira Gontijo

Pró-Reitor de Pós Graduação e Pesquisa: Prof. Dr. Ruy de Araújo Caldas

Pró Reitor de Graduação: Prof. Dr. Mozart Foschete da Silva

Pró-Reitor de Extensão: Prof. Dr. Ricardo Spindola Mariz

Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB -

Prof. Dr. Afonso Celso Tanus Galvão

APOIO

Fundação Universa

CAPES

Embaixada do Canadá no Brasil

PARCEIROS

O evento tem como principais parceiros: a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Grupo de Pesquisa GERAJU da Faculdade de Educação da UnB (Educação em Políticas Públicas: gênero, raça/etnia e juventude), a Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos e a Coordenação de Diversidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC); Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Presidência da República (SEPPIR); a Cátedra da UNESCO; o curso de Pedagogia da Universidade Católica de Brasília e a Sociedade Nheengatu.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Ranilce Guimarães-Iosif – Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB

Profa. Dra. Renísia Cristina Garcia Filice – Faculdade de Educação – UnB/GERAJU

Profa. Dra. Lúcia Camini - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Prof. Dr. José Manoel Pires Alves – Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB

Profa. MSc. Martha Paiva Scárdua – Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB

MSc. Fernanda Marsaro dos Santos – Doutoranda em Educação pela UCB

MSc. Olmira Bernadete Dassoler - Doutoranda em Educação pela UCB e Fundação Universa

MSc. Janete Palazzo - Doutoranda em Educação pela UCB

COMITÊ CIENTÍFICO

Profa. Dra. Ranilce Guimarães-Iosif - Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB

Profa. Dra. Clélia de Freitas Capanema - Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB

Profa. Dr. Beatrice Laura Carnielli - Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB

Prof.Dra. José Manoel Pires Alves - Professor do Programa de Educação da UCB e Fundação Universa

Prof. Dr. Carlos Ângelo de Meneses Sousa - Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB /Cátedra da UNESCO

Prof. Dr. Geraldo Caliman - Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB /Cátedra da UNESCO

Profa. Dra. Renísia Cristina Garcia Filice - Faculdade de Educação – UnB/GERAJU

Dra. Lucia Camini - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Profa. Dra. Leda Gonçalves de Freitas – Curso de Pedagogia – UCB

Profa. Dra. Divaneide Lira Lima Paixão - Curso de Pedagogia – UCB

Prof. Dr. Giuliano Pagy Felipe dos Reis – University of Ottawa- Canadá

Ranilce Guimaraes-Iosif
José Manoel Pires Alves
Martha Paiva Scárdua
(Organizadores)

ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM POLÍTICA E GOVERNANÇA EDUCACIONAL

PARA A CIDADANIA, DIVERSIDADE, DIREITOS HUMANOS
E MEIO AMBIENTE

02 a 06 de Agosto de 2011

Programa de Mestrado e Doutorado em Educação



Universidade
Católica de Brasília

Brasília-DF

2011

EQUIPE DE APOIO

Alunos regulares e especiais do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB

Eliane Limão	Maria Ângela de Moraes Cardoso
Maria da Glória	Olzeni Leite C. Ribeiro
Emanuella Monteiro	Fernanda Penna
Gleice Aline Paixão	Regina Oliveira
Magali de F. E. de Machado	Renato de Oliveira Brito
Aline Veiga dos Santos	Gabriela Pimentel
Renato Sérgio Borges	Márlei Afonso de Almeida
Mirian Daniela Andrade	José Vicente da Silva
Francisco Roberto dos Santos	

Alunos de Iniciação Científica – Cátedra da UNESCO/UCB

Thiago Climbiê Ramos
Mariana Lopes
Renata Passos

RESPONSÁVEIS PELO FÓRUM DE DISCUSSÃO

Profª. MSc. Martha Paiva Scárdua – Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB
MSc. Fernanda Marsaro dos Santos – Doutoranda em Educação pela UCB
MSc. Olmira Bernadete Dassoler - Doutoranda em Educação pela UCB e Fundação Universa
MSc. Janete Palazzo - Doutoranda pela UCB

Equipe Editorial

Coordenação Editorial
Angela Clara Dutra Santos
Diagramação
Adriano da Silva Pereira
Capa
DICOM - Diretoria de Comunicação
EDUCA - Comunicação Educacional
Diretor Roberto Rezende

Copyright © 2011 by Raniilce Guimaraes-Iosif, José Manoel Pires Alves e Martha Paiva Scárdua
Direitos dessa edição reservados à Universidade Católica de Brasília - UCB.
SGAN 916 Av. W5 - Asa Norte - 70790-160
URL: www.ucb.br
Tel.: +55-61-3448-7000

G963s Guimaraes-Iosif, Raniilce.

Anais do Seminário Internacional em Política e Governança Educacional: para a cidadania, diversidade, direitos humanos e meio ambiente / organizadores, Raniilce Guimaraes-Iosif, José Manoel Pires Alves e Martha Paiva Scárdua. – Brasília: Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica de Brasília, 2011.
140 p. ; 21 cm

ISBN 978-85-60485-53-6

Anais apresentados no Seminário Internacional em Política e Governança Educacional: para a cidadania, diversidade, direitos humanos e meio ambiente 02 a 06 de Agosto de 2011

I. Universidade Católica de Brasília. II. Seminário Internacional em Política e Governança Educacional (2011 : Brasília, DF). III. Título.

CDU 37: 341.231.14

Ficha elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Católica de Brasília – UCB

* O conteúdo dos resumos apresentados é de inteira responsabilidade de seus respectivos autores, assim como a adequação técnico-lingüística dos textos.



SUMÁRIO

■ APRESENTAÇÃO..... 11

1. Eixos Temáticos e Objetivos do Seminário 15

■ MESA REDONDA:

POLÍTICA E GOVERNANÇA EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS GLOBAIS DIANTE DA CIDADANIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....17

International educational policy in times of neoliberal globalization: challenges to social development 19

Instituições e organizações internacionais atuam na definição e regulação de políticas para a educação básica?..... 21

Educational governance, global citizenship and re-imagined arenas of education policy 22

Governança educacional e gestão escolar: o público e o privado diante do papel social da educação..... 23

■ MESA REDONDA:

EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS POLÍTICAS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS.....25

A Política de Educação em e para os Direitos Humanos no Brasil: o que se espera da escola?.....27

A luta pelo direito à educação no Brasil e os desafios da educação popular.....29

O desafio da educação ambiental na transição para a sustentabilidade30

The role of educational leadership in promoting environmental education and social inclusion in marginalized communities / O gestor na promoção da educação ambiental e inclusão social em comunidades marginalizadas 32

■ MESA REDONDA:

POLÍTICAS PÚBLICAS, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: DESAFIOS PARA CIDADANIA INCLUSIVA.....33

Educação, raça e classe: o papel da cultura na implementação de políticas antirraccistas 35

Race, language and globalization: what can “global hip-hop nation” teach us about citizenship?..... 37

Educação escolar indígena: desafios para um novo olhar sobre interculturalidade 38

■ MESA REDONDA:

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA E IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: DEMOCRATIZANDO OS DIREITOS DE CIDADANIA NA SOCIEDADE E NA ESCOLA39

Os desafios epistemológicos na reconfiguração das políticas sociais no Brasil..... 41

Estigmatização de longa duração e seus efeitos desumanizadores..... 42

Mulher negra: estética como identidade..... 43

A formação do educador na perspectiva étnico-racial: desafios diante da implementação das leis nas escolas públicas do DF 44

EIXO 1:

POLÍTICAS PÚBLICAS, GOVERNANÇA E GESTÃO EDUCACIONAL: DESAFIOS SOCIAIS	47
Gestão democrática na escola: um olhar sobre as eleições diretas nas escolas públicas do estado da Paraíba	49
As competências do gestor escolar no entorno sul do Distrito Federal	50
População em situação de pobreza e qualidade da educação brasileira	51
A política de ensino médio nos marcos da Constituição/1988 e da LDB/1996: o estado atual da questão em um município baiano	52
A gestão focada na inclusão: escola aberta para a diversidade	53
Introdução à Educação Superior: política de inclusão e permanência na universidade	55
Políticas públicas e gestão do ensino médio público no Distrito Federal: a formação continuada de professores na perspectiva de organismos multilaterais	56
Gestão de TI: ferramenta de suporte para a educação a distância	58
A oferta da educação formal aos adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação: “um olhar diferenciado da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal”.....	59
Formação continuada de professores e políticas educacionais: discutindo conceitos, concepções e metodologias	61
O reconhecimento, avaliação e certificação de aprendizagens não formais e informais: experiências na educação profissional	62
Who is going to taste the soup? The importance of formative assessments in educational policies.....	64
Escolas bem-sucedidas: quem são, como são, por que são? Um estudo de caso de escolas públicas do Distrito Federal	66

■ EIXO 2:

POLÍTICA EDUCACIONAL, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS LOCAIS E GLOBAIS67

Educação integral e educação de tempo integral: desafios e contradições na construção da cidadania 69

Discovering, recovering and covering-up Canada: tracing historical citizenship discourses in contemporary canadian educational policy documents 71

Deliberative democracy, people's agency and education: a case of dialogic transformation of school system 72

Back to the cave: cold, hungry and cruel? an epithet for the world bank's neoliberal economy project 73

Desafios para uma educação católica na construção da cidadania 74

A cidadania docente na educação superior 75

Políticas educacionais e exclusão: questões contemporâneas de cidadania dos estudantes com superdotação em situação de pobreza..... 77

Os desafios da educação profissional brasileira na promoção da cidadania..... 79

A cidadania na educação infantil: perspectivas políticas e pedagógicas80

Conflict resolution in a free school: potential for citizenship education..82

■ EIXO 3:

POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL, SEXUAL, SOCIAL, CULTURAL E LINGÜÍSTICA85

Abordagem histórica da construção da “invisibilidade” do negro na educação brasileira 87

Construção e desafio de uma identidade negra positiva a partir de Alberto Melucci 89

Da necessidade de novas práticas: implicações da Lei Federal Nº 10.639/2003 no ensino médio 90

Candomblé Iorubá: a relação do homem com seu orixá pessoal	92
Desigualdade social, educação e literatura infantil: aspectos relevantes para um projeto de identidade étnico racial na escola.....	93
Movimento negro: a educação no contexto dos avanços após a marcha Zumbi dos Palmares	94
As cotas raciais na universidade na opinião dos alunos cotistas.....	95
A diversidade na escola: como lidar com as relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade?.....	96
Demissão de docentes homossexuais em foco: mídia, homofobia e efeitos contraditórios da visibilidade.....	98
Aplicabilidade da Lei 11.645/08: desafios e possibilidades no contexto da escola pública	99
Implementação da Lei 10.639/03 na Escola Quilombola do Mesquita.....	100

■ EIXO 4:

POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

101	
Comitês estaduais de educação em direitos humanos no Brasil: desafios e perspectivas.....	103
A educação em direitos humanos no Distrito Federal: conquistas e desafios.....	104
Global perspectives and challenges for human rights education Kirchschräger.....	105

■ EIXO 5:

POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

107	
Ambientes alternativos de vivência e aprendizagem	109
As matrizes ecopedagógicas e a educação do campo – uma abordagem possível e necessária	110

<i>Mithos e logos</i> : diálogos contemporâneos em torno da água	111
Políticas ambientais, desenvolvimento sustentável e a sociedade pós-moderna	112
A educação ambiental e a formação de professores em ciências - um caminho para o desenvolvimento sustentável	114
School gardens: opening a field of possibility for environmental thinking	116
Developing a sino-canadian partnership on environmental education	118

■ EIXO 6:

POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL, SOCIEDADE E JUVENTUDE	119
Empresariado e a questão social	121
Consumo, espetáculo e violência nas escolas públicas do Distrito Federal.....	122
Formação e atuação do educador social no Brasil	123
Contribuições do método documentário para a compreensão do processo de inclusão escolar de jovens com deficiência no ensino médio: um estudo do caso do Estado de Goiás	124
Peculiaridades das violências no contexto escolar do DF: quem são os estudantes vitimados?	126
Peculiaridades das violências no contexto escolar do DF: quem são os estudantes agressores?	128
Peculiaridades das violências no contexto escolar do DF: um olhar a partir das relações de gênero.....	130

■ ANEXO

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO	133
---------------------------------------	------------



APRESENTAÇÃO

Em tempos marcados por uma globalização neoliberal é fundamental discutir e se posicionar criticamente frente aos desafios locais e globais da política e governança educacional diante da cidadania, diversidade (social, cultural, étnico-racial, religiosa, sexual, linguística), direitos humanos e meio ambiente. Nesse sentido, a relevância do Seminário está em criar um espaço democrático e dialógico para que alunos de pós-graduação, educadores populares e de educação básica, gestores, especialistas, mestres e doutores em educação e áreas afins possam analisar criticamente políticas e programas nacionais e internacionais voltados para a erradicação do racismo, da desigualdade e da garantia de direitos humanos fundamentais no Brasil e no mundo.

A realização do Seminário Internacional em Política e Governança Educacional para a cidadania, diversidade, direitos humanos e meio ambiente é de grande importância porque aborda questões referentes à política e administração educacional em uma perspectiva ainda pouco discutida pelos programas de mestrado e doutorado em educação no Brasil. Em um período



caracterizado pela influência do neoliberalismo e suas novas formas de exclusão social e violação de direitos, é fundamental a discussão e o posicionamento crítico diante dos desafios locais e globais da política e da governança educacional tendo em vista a cidadania, a diversidade, os direitos humanos e o meio ambiente. É importante compreender a influência que os novos atores nacionais e internacionais assumem diante do processo de elaboração, implantação e gestão de políticas educacionais.

Como o processo de internacionalização da Educação afeta as decisões educacionais locais? Quais são os novos desafios da gestão educacional diante das políticas nacionais e internacionais de cunho neoliberal? Como o termo “governança” deve ser entendido e aplicado no contexto educacional contemporâneo? Quais os desafios e possibilidades da educação diante da superação de problemas sociais locais e globais? Que modelo de educação para a cidadania, diversidade, direitos humanos e meio ambiente está sendo promovido pelas políticas educacionais brasileiras e internacionais e qual tem sido a sua orientação ideológica? Quais os desafios e possibilidades da escola, dos gestores, dos professores e da sociedade civil diante da defesa e promoção de uma educação que valorize a justiça social, a inclusão e o desenvolvimento sustentável? O que as escolas e os acadêmicos podem aprender sobre educação com os movimentos populares e seus educadores? Que grupos ainda continuam sendo excluídos dos seus direitos de cidadania no Brasil e o que é preciso fazer para transformar essa situação? Como promover uma formação acadêmica com excelência científica que tenha, ao mesmo tempo, sensibilidade para valorizar o diálogo entre diferentes saberes, sem se colocar como superior ou única forma de conhecimento? Como diria Paulo Freire (1970), é preciso definir a favor de quem ou contra quem nós estudamos. A favor de quem usaremos os conhecimentos adquiridos no espaço acadêmico? Cientes de que não há neutralidade em educação, a decisão em promover políticas e práticas educativas que reproduzem a opressão e exclusão social ou, por outro lado, que promovem a equidade e

emancipação social dependerá de cada educador e cada indivíduo. No entanto, é apenas na organização coletiva (DEMO, 2002) que é realmente possível alcançar a transformação social que o Brasil e o mundo precisam. Eis algumas questões que deverão ser discutidas no seminário e nos trabalhos apresentados.

O seminário surgiu como uma atividade acadêmica voltada para o fortalecimento da linha de concentração do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB “Política e Administração Educacional” e está vinculado às atividades das duas linhas de pesquisa dessa área: “Política, Gestão e Economia da Educação” e “Educação, Juventude e Sociedade”. O evento também faz parte do projeto de internacionalização do Programa, que engloba parcerias acadêmicas com instituições internacionais de ensino superior, tais como: University of Alberta e University of Ottawa, ambas canadenses. Uma vez que quatro dos palestrantes são dessas instituições, o seminário também é uma oportunidade para que docentes e discentes da pós-graduação, bem como o público em geral, possam conhecer melhor esses professores e se engajar em projetos de parceria (doutorado sanduíche, estudos de pós-doutorado, publicações, etc.).

O evento conta com o apoio da Fundação Universa, da Embaixada do Canadá e da Capes. Além disso, tem como parceiros: a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; o Grupo de Pesquisa GERAJU da Faculdade de Educação da UnB (Educação em Políticas Públicas: gênero, raça/etnia e juventude); Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC); Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Presidência da República (SEPPIR); a Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos e a Coordenação de Diversidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; a Cátedra da UNESCO/UCB; o curso de Pedagogia da Universidade Católica de Brasília e a Sociedade Nheengatu.

O seminário cria oportunidades para que docentes, discentes, especialistas e pesquisadores da área apresentem suas pesquisas (em andamento ou concluídas) e publiquem seus trabalhos. Além disso, o evento motiva os participantes para a aprendizagem, reflexão, elaboração própria e troca de saberes com educadores e pesquisadores da educação formal e popular. É também um espaço para que os representantes dos grupos sociais mais excluídos (indígenas, negros, mulheres, ciganos) possam falar sobre suas frustrações e expectativas em relação às políticas educacionais nacionais e globais.

O evento contará com um Fórum de Discussão à distância, onde todos os participantes terão a oportunidade de postar suas ideias e dialogar com os palestrantes e demais inscritos antes, durante e após o evento presencial, o que possibilitará maior aproximação aos temas do Seminário e, por conseguinte, maior preparação para os debates no evento.

Ranilce Guimarães- Iosif

Coordenadora da Comissão Organizadora do Seminário

1. Eixos Temáticos e Objetivos do Seminário

1.1. Eixos Temáticos

As discussões realizadas no seminário estão divididas nos seguintes eixos temáticos:

Eixo 1: Políticas Públicas, Governança e Gestão Educacional: desafios sociais

Eixo 2: Política Educacional, Cidadania e Movimentos Sociais: perspectivas e desafios locais e globais

Eixo 3: Política e Gestão Educacional para a Diversidade (étnico-racial, sexual, social, cultural e linguística)

Eixo 4: Política e Gestão Educacional em e para os Direitos Humanos e o Direito à Educação no Brasil

Eixo 5: Política e Gestão Educacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável

Eixo 6: Política e Gestão Educacional, Sociedade e Juventude

1.2. Objetivos

1. Oferecer oportunidades para que os participantes discutam, problematizem e se posicionem a respeito dos desafios locais e globais da política e governança educacional diante da cidadania, diversidade (étnico-racial, cultural, sexual, religiosa, linguística etc.), direitos humanos e meio ambiente;

2. Refletir sobre os desafios contemporâneos da política e gestão educacional diante dos problemas sociais agravados por uma globalização neoliberal que perpetua a exclusão e a violação dos direitos humanos no contexto local e global;

3. Repensar o papel das instituições de ensino e dos movimentos sociais diante da promoção de uma educação formal e não formal antirracista e voltada para a defesa da cidadania democrática e do respeito à diversidade.



MESA REDONDA:

**POLÍTICA E GOVERNANÇA EDUCACIONAL:
PERSPECTIVAS GLOBAIS DIANTE DA
CIDADANIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**



International educational policy in times of neoliberal globalization: challenges to social development

Ali A. Abdi¹

Globalization is not new to our lives; some form of it, with different interactive structures and diverse actors, has been with us since the first formations of organized social groups. What is unique about this one, is that as Held et al. (2004) and Tikly (2008) pointed out, its dimensions of intensity and extensity are more forceful, more organized, more rapid and far reaching than any of the previous globalizations, including the main pre-20th one, global colonialism, which reached almost all corners of our globe. It is this intensity and extensity that globalization affects all life systems including education, which through the pretext of open borders for goods and services, has been reconstructed in its policy and program dimensions for the developing world. This problematic platform of neoliberal globalization and its educational conditionalities are enforced through Structural Adjustment Programs (SAPs) which represented the development blueprint by dominant Western institutions such the World Bank and the International Monetary Fund (IMF) for the so-called developing countries of Africa, Asia, Latin America and the Caribbean (Abdi, 2011). Here, educational policy, which should talk about the design, management as well as the distribution of learning and teaching resources, has been fully exposed to the neoliberal political and economic policies, which ideologically and less pragmatically advance the global centrality of market forces and smaller governments (Olssen et al., 2004) to all national and international systems of life. As this paper points out, while such policies could have some select (but still limited) currency in developed economies with substantial middle class

¹ Professor Doutor. University of Alberta.

populations, they are, ipso facto, detrimental to the well-being of poor countries where few can afford private schools, and where the role of the state as a development agency is of utmost primary importance and indispensable.

Instituições e organizações internacionais atuam na definição e regulação de políticas para a Educação Básica?

Maria Abadia da Silva¹

Desde 1990 para as instituições financeiras a educação e a formação tornaram-se eixos fundamentais para a competitividade e o crescimento econômico dos países-membros da União Européia frente às possibilidades trazidas pelas tecnologias da comunicação e da informação. Neste contexto, o presente artigo resalta as aproximações entre as disposições da Unesco, do Espaço europeu de educação superior- EEES e da OCDE com o intento de evidenciar um modelo de formação docente subjacente no universo das macro políticas e sua tradução no ordenamento político da educação básica dos países.

¹ Professora Doutora. Universidade de Brasília - UnB.



Educational governance, global citizenship and re-imagined arenas of education policy

Lynette Shultz¹

This paper explores current global education policy actors, spaces, and knowledges as they create patterns of relationships, positions and ultimately governance systems that impact education with a particular focus on the impact of global agencies on local and regional education sites and institutions. While accountability can be a tool or process to constrain the power of policy actors within policy spaces, as Scholte (2011) argues, accountability is not inherently democratizing but requires that “all constituencies are identified, recognized, and answered” (p. 23). I argue that the concept of legitimacy - the acceptance and justification of a shared rule by a community (Bernstein and Coleman, 2009; Williams, 2009) - is an important contribution to understanding accountability and the democratization of policy processes in globalized and globalizing contexts, and therefore provides local educators and citizens a way to challenge any claim to legitimate policy that cannot address tensions of location and participation. Whose community and whose rules make a globalized and globalizing policy legitimate? Globalization serves to “unsettle legitimacy” (Bernstein and Coleman, 2009) and therefore, in this paper, I seek to highlight examples of such unsettling and the legitimization and resistance to hegemonic global education agendas through citizenship and civil society spaces. Framing policy knowledge creation and exchange on platforms of citizenship and human dignity provides opportunities to re-imagine education policy and program possibilities.

¹ Professora Doutora. University of Alberta.

Governança educacional e gestão escolar: o público e o privado diante do papel social da educação

José Manoel Pires Alves¹

O tema da *Governança educacional e gestão escolar: o público e o privado diante do papel social da educação* enseja uma discussão sobre a pertinência dos novos padrões de Governança nos distintos Sistemas Educacionais, considerando suas relações sistêmicas com os elementos próprios das esferas pública e privada. A Governança Educacional acentua a perspectiva de profissionalização da gestão escolar a ser considerada sob o ponto de vista do papel social da educação, bem como o da otimização dos recursos disponíveis e foco nos resultados colimados. A adoção de boas práticas em Governança Educacional, tanto em Gestão Pública quanto em Gestão Corporativa, demandam maior compromisso dos diferentes atores dos Sistemas Educacionais, inclusive alunos, pais e comunidade. A Sociedade do Conhecimento, com suas características, mormente a célere evolução do mercado de trabalho, impactam acentuadamente as organizações públicas e privadas, fazendo cada vez mais tênue as diferenças próprias entre cada esfera. Público e privado travam o mesmo combate pela gestão de seus ativos, pela busca de diferencial, por qualidade e por competitividade duradoura. Neste contexto, na correlação de forças em que se inserem as Nações, os Sistemas Educacionais são cada vez mais pressionados a desempenharem seu insubstituível papel. Com o intuito de melhor responder às contínuas pressões políticas, sociais e econômicas, as reformas educacionais se multiplicam, e são seguidamente contestadas, demonstrando fragilidade na Governança dos Sistemas Educacionais Públicos. Mas também no setor privado, com ou sem fins lucrativos, princípios estruturantes da Governança também sofrem de

¹ Professor Doutor. Fundação Universa e Universidade Católica de Brasília -UCB.

sérias deficiências, em que, nem mesmo o ingresso de capital estrangeiro e/ou a abertura de capital societário conseguem sanar de forma satisfatória. Assim, evidenciasse o desafio de integrar certos princípios gerenciais requeridos pela Governança no âmbito educacional, por razões as mais diversas: interesses corporativos; idiosincrasias de categoria profissional, *parti pris* ideológico, posicionamentos políticos e lacunas na formação profissional entre outros. A discussão centrar-se-á no reflexo da Governança na gestão educacional, a partir de seus conceitos consagrados e práticas recomendadas. A Governança Educacional encontra amplo sentido como fator dinamizador das ações pedagógico-educativas, bem como indutor de políticas públicas e de novas relações entre Estado, Governo, Sociedade Civil e Empresariado, no cumprimento do dever cidadão de todos em garantir com eficácia o papel social da educação.



MESA REDONDA:

**EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E MEIO
AMBIENTE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
POLÍTICAS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS**



A política de educação em e para os direitos humanos no Brasil: o que se espera da escola?

Lucia Camini¹

Os Direitos humanos referenciam-se na dignidade humana como condição da produção e reprodução da vida, da identidade sociocultural, da participação política e da expressão livre dos sujeitos de direitos. Uma cultura de direitos humanos se faz com base na democracia, no respeito às diferenças e na vivência cotidiana dos direitos humanos. A Educação em e para os direitos humanos é mediação para a humanização, levando à construção de relações interpessoais e com o ambiente cultural e natural. Está desafiada a: promover a diversidade, denunciar todas as violações, viabilizar a solidariedade com (e entre) os mais fracos e as vítimas, incidir na organização da luta por justiça, contribuir para a paz e a boa convivência. É compreendida como processo sistemático e dimensional que orienta a formação de sujeitos de direitos, articulando várias dimensões, como a apreensão de conhecimentos sobre Direitos Humanos; a afirmação de valores, atitudes e práticas que expressam uma cultura de Direitos Humanos e consciência cidadã; o desenvolvimento de metodologias participativas; e o fortalecimento de práticas em favor da promoção e da defesa dos Direitos Humanos. No âmbito da escola trabalha as relações pessoais e interpessoais entre os sujeitos, fortalecendo ações dos diversos colegiados escolares no sentido de criar um ambiente educativo onde a participação seja um processo de aprendizagem, construindo e reconstruindo a sua autonomia como um processo de conquista e vivência dos direitos humanos. Um importante passo no Brasil foi a atualização, em dezembro de 2009, do Programa Nacional de Direitos Humanos, que adota a Educação e Cultura

¹ Professora Doutora. Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República.

em Direitos Humanos como um de seus eixos temáticos apontando como objetivo estratégico a implementação do PNEDH e a inclusão da temática nas instituições de ensino, bem como de estabelecer diretrizes curriculares para todos os níveis e modalidades de ensino. As diretrizes encontram-se agora em processo de elaboração.

A luta pelo direito à educação no Brasil e os desafios da educação popular

Cleomar Manhas¹

Sabe-se que os direitos humanos são indivisíveis, ao ter violado qualquer um que seja, o ser humano estará sendo violentado em sua humanidade. No entanto, o direito humano à educação tem a particularidade de ser promotor dos outros direitos todos, pois descortina um mundo novo, maior e mais diverso. A propósito, é sobre a diversidade que se quer falar quando se associa educação e direitos humanos e, especialmente, educação popular. Em tempos de discussão e aprovação do Plano Nacional de Educação, planejamento da política para os próximos dez anos, faz-se necessário dialogar sobre a contribuição do legado Paulo Freire, ou da educação popular para a instituição escola. E fazendo uma apropriação do que Comênio deixou registrado, já no século dezessete, o que se pretende alcançar na escola e em todos os espaços educadores é a transformação desses lugares em oficinas de humanidades, onde se formem seres capazes de conhecer e se apropriar de legados fundamentais à formação, mas que também possam produzir os seus legados de harmonização com os diversos seres diversos em suas diversas culturas e com a natureza, em momento de reencontro. Por conseguinte, buscar a educação popular para dialogar acerca da política de educação, é trazer para o centro a preocupação com a formação integral, referenciando-se no marco histórico para a educação de qualidade que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, quando, depois de momentos de pura barbárie, como as guerras mundiais, pensou-se que, para realizar-se a civilização, seria necessário “declarar os direitos humanos”. E hoje se sabe que não basta declarar, há que se dialogar e construir uma educação que permita a formação integral do ser humano como humanizado. A educação popular revela-se neste ponto, ao facilitar a promoção das pessoas como seres integrais, na inteireza de suas vidas e interações.

¹ Professora Doutora. Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC.

O desafio da educação ambiental na transição para a sustentabilidade

Rachel Trajber¹

Estamos vivendo o que possivelmente seja a crise mais generalizada da história da humanidade: uma crise socioambiental planetária gerada por um modelo civilizatório hegemônico, predatório e decadente. Se observa que o modelo ocidental não é o destino inexorável da sociedade humana, a emergência da sustentabilidade é sintoma desta transição civilizatória e a crise societária abre espaços para sociabilidades alternativas, outras políticas e agendas voltadas para outros modos de vida. Trata-se de reinventar o mundo partindo de uma revolução ética nas diversas dimensões que compõem as sociedades sustentáveis, em equilíbrio instável, dada à complexidade de inter-relações sistêmicas: ecológica, histórica, geográfica, social, cultural, política, econômica... Assim, ao se propor a transição civilizatória para a sustentabilidade como eixo central dos debates. A educação ambiental deve radicalizar seu compromisso com mudanças de valores, comportamentos, sentimentos e atitudes, que deve se realizar junto à sociedade e seus habitantes, de forma permanente, continuada e para todos. Uma educação que se propõe a fomentar processos continuados, de forma a possibilitar o respeito à diversidade biológica, cultural, étnica, juntamente com o fortalecimento da resistência da sociedade a um modelo devastador das relações de seres humanos entre si e destes com o meio ambiente. Nesse quadro, a educação ambiental se encontra com um triplo desafio: o psicológico, de construir um conhecimento significativo para a mudança de valores sem, contudo gerar medo da catástrofe anunciada, nem paralisa diante da potencial destruição; o educacional de propor uma educação

¹ Instituto Marina Silva - IMAS.

contemporânea, que resgate sua função social de propiciar um ambiente de aprendizagem permanente, criativo e transformador e; o planetário, de encaminhar um debate intergeracional para podermos enfrentar as mudanças socioambientais globais e fazermos a tão necessária transição para a sustentabilidade.

The role of educational leadership in promoting environmental education and social inclusion in marginalized communities / O gestor na promoção da educação ambiental e inclusão social em comunidades marginalizadas

Giuliano Pagy dos Reis¹

Illiteracy and high dropout rates remain problems in the Brazilian public education system (Unicef, 2009). Although the federal government invests close to 5% of the country's GDP on education (Inep/MEC, 2007), it is not uncommon for public schools to lack equipment and resources. In addition, public teachers' low salaries and overall debilitated career progression plan speak to the low recognition that they receive from society at large. In this context, poverty and marginalization of students co-exist with the Federal Ministry of Education's expectation—expressed in curriculum and policy documents—for the implementation of environmental education (EE) in schools across the country. In face of this apparent contradiction, EE initiatives at public schools are commonly championed by individual teachers. This in turn, creates a fragile situation where such actions overly rely on a single person and risk to become unsustainable overtime. More importantly, it points to the need to rekindle the discussion around the collective aspect of leadership. The present study was conducted at an elementary public school in the outskirts of Brasilia. It reports on the leadership role played by teachers, the school principal, and students in the implementation of an EE program and the perceived impact it had on the school as a whole. It also discusses the consequences of the program designer's transfer to a different position within the school and subsequent departure from the institution.

¹ Professor Doutor. University of Ottawa - Canadá.



MESA REDONDA:

**POLÍTICAS PÚBLICAS, DIVERSIDADE E
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: DESAFIOS PARA
CIDADANIA INCLUSIVA**



Educação, raça e classe: o papel da cultura na implementação de políticas antirracistas

Renísia Cristina Garcia Filice¹

Este artigo trata da importância da cultura na implementação do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional brasileira, que obriga o estudo da História da África e Cultura africana e afro-brasileira e a educação das relações étnicorraciais, na Educação Básica. Os sujeitos da pesquisa foram gestores da educação vinculados ao Ministério da Educação (MEC), de entidades como a União de Dirigentes Municipais (Undime) e o Núcleo de Estudos Negros (NEN), coordenadores de Fóruns Estaduais e Municipais de Diversidade e Educação das Relações Étnicorraciais, e de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), de Universidades Federais e Estaduais; técnicos em educação, professores, ativistas, militantes e representantes da sociedade civil, direta e indiretamente, envolvidos com o artigo 26-A. Dentre cerca de duzentos questionários, cento e trinta e três resultaram de uma consulta desencadeada pelo Núcleo de Estudos Negros/NEN, de Santa Catarina/Brasil, com o apoio da Undime. Com base nesse material e numa perspectiva sócio-histórica, revelam-se como as motivações, convicções e visões de mundo sobre as populações negras dadas a conhecer pelas falas e nas práticas pedagógicas, formatam diferentes facetas da cultura do racismo no Brasil, e interferem na definição das políticas educacionais antirracistas. O estudo avaliou também algumas práticas do movimento negro organizado, via atuação do NEN. Constatou-se que, para o estudo de processos formativos das camadas populares, o uso da cultura como conflito, como parte estruturante, precisa ser acionada, com suas permanências, rupturas, ressignificações. E, podem se constituir num rico material para captar o movimento da história

¹ Professora Doutora. Universidade de Brasília - UnB.

dos negros/as da diáspora. A luta negra no campo educacional tenciona as determinações legais e imputa discussões simultâneas sobre política, educação, cultura, raça, classe em todos os sistemas de ensino. E, revela como a pressão do movimento negro exigindo o cumprimento de acordos coletivos desencadeia outros projetos para o Estado brasileiro. São práticas culturais, políticas, concretas, orientadas teoricamente pela discussão racial e impelindo propostas alternativas de políticas de governança. Assim, a perspectiva da cultura vista como conflito tenciona o conceito de tradição, valores compartilhados e ordena outros percursos teóricos que extrapole a clássica visão que se restringe ao sócio-econômico para explicar os desencontros na implementação de políticas educacionais, em especial, aquelas voltadas para a educação das relações raciais, diversidade e inclusão social.

Race, language and globalization: what can “global hip-hop nation” teach us about citizenship?

Awad Ibrahim¹

Using Brazil, Japan and Hong Kong as examples, my aim in this presentation is to explore and decipher the semiotic meaning of Global Hip-Hop Nation. This is a Nation, I am contending, that has its own linguistic and cultural passport. This passport is symbolic in nature and works through symbolic codes, which are accessed globally by its dwellers, citizens. So, I am asking: how does one get this passport, that is, how one access this Nation and get his/her passport stamped?; and what are the political, linguistic and cultural implications of becoming a citizen of this Global Nation? Once your passport is stamped and you become a “citizen” of this Global Nation, I am concluding, then you have access to cultural and linguistic codes that only citizens of this Nation have access to. In the case of Brazil, especially in the favelas, I will show for example, thanks to Hip-Hop “race” can be talked about and addressed as a social issue (problem if you like). In the case of Japan, the citizens of this Global Hip-Hop Nation impacted the Japanese language in such a way that, again thanks to Hip-Hop, the Japanese language has rhymes now where it did not have before the introduction of Hip-Hop in Japan. In the case of Hong Kong, finally, the devalued Cantonese language is now front and center, again, thanks to the impact of Hip-Hop in Hong Kong. I will conclude with pedagogical implications by answering the question: What can “Global Hip-Hop Nation” Teach us about Citizenship? This is a global postmodern citizenship, ultimately I want to show, where symbolic cultural exchanges are (at) its kernel and where “margins” are connecting creatively.

¹ Professor Doutor. University of Ottawa - Canadá.



Educação escolar indígena: desafios para um novo olhar sobre interculturalidade

André R. F. Ramos¹

A educação escolar destinada aos povos indígenas no Brasil nos últimos anos tem uma trajetória marcada pela situação paradoxal entre textos legais que incorporam o discurso da interculturalidade resultante em certa medida das conquistas do movimento indígena e da inserção de conceitos advindos da ciência antropológica, e a perpetuação de práticas neocoloniais. Esta comunicação visa contribuir para a discussão acerca dos elementos, em especial de ordem cultural e as relações com as políticas públicas de educação, que dificultam a execução das ações de educação escolar indígena e transformam boa parte das diretrizes legais em mera retórica. A abordagem busca compreender que apesar de uma trajetória de vinte anos de incorporação formal do conceito de diversidade as ações educativas de cunho escolar realizadas pelas instituições executoras das políticas públicas ainda são ancoradas por representações convencionais sobre os indígenas, seus conhecimentos, seus saberes que impossibilitam romper de forma efetiva com as práticas do passado. O desafio para o rompimento e consolidação de uma educação intercultural requer uma postura epistemológica nova, mas que já se discute em áreas como a etnociência, em que não basta apenas o reconhecimento de que se trata de relações entre culturas diferentes, mas propiciar diálogos e a construção de conhecimentos em relações de ensino aprendizagem com base na interculturalidade.

¹ Fundação Nacional do Índio - FUNAI.



MESA REDONDA:

**POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA
E IGUALDADE RACIAL NO BRASIL:
DEMOCRATIZANDO OS DIREITOS DE
CIDADANIA NA SOCIEDADE E NA ESCOLA**



Os desafios epistemológicos na reconfiguração das políticas sociais no Brasil

Carlos Alberto Santos de Paulo¹

A nossa abordagem no Seminário Internacional de Política e Governança Educacional tem o objetivo de propor um olhar para além das concepções economicistas que reduziram o processo civilizatório a meros arranjos conjunturais da nascente economia do Brasil. Propomos uma reflexão acerca do enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil a partir das políticas de ação afirmativa. Para tanto, tomaremos o debate decorrente dessa luta que se insere na perspectiva de compreender os elementos constitutivos do pensamento social brasileiro à luz dos evidentes e persistentes indicadores sociais das históricas das assimetrias raciais verificados no âmbito educacional.

¹ Mestre. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Católica de Brasília.



Estigmatização de longa duração e seus efeitos desumanizadores

Edson Lopes Cardoso¹

O objetivo da comunicação é analisar os modos de representação do negro e seu impacto na área de segurança pública, com foco no papel da mídia. O tema das agressões homicidas que atingem os jovens brasileiros, em sua maioria pretos e pardos, tem sido tratado entre nós como um tema quase exclusivamente vinculado à área da segurança pública. As reflexões sobre estigma desenvolvidas por Erving Goffman em estudo clássico podem ajudar na identificação de dimensões mais ocultas de um conjunto complexo de causas da violência que atinge preferencialmente os jovens afro-brasileiros, pretos e pardos, na faixa de 14 a 24 anos. As representações negativas e estereotipadas do negro estão incorporadas de modo profundo e duradouro às sociedades que, como a brasileira, são herdeiras do colonialismo escravista. Os sistemas simbólicos e um conjunto de práticas que se realimentam em suas representações hierarquizadas, tenhamos ou não consciência disso, como bem o disse Goffman, desenvolveram-se entre nós de modo a reduzir as chances de vida dos afro-brasileiros. A luta de modelos negros, homens e mulheres, para participar do Fashion Week em São Paulo, para ficarmos em um exemplo recente, não é apenas uma luta pelo direito ao trabalho. Sua participação contribuiria para alterar uma concepção empobrecida e redutora do humano entre nós, de onde se extraem presunções equivocadas do que seja a norma ou modelo.

¹ Mestre. Universidade Católica de Brasília -UCB e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Mulher negra: estética como identidade

Maria das Graças Santos¹

Podemos levantar vários pontos para discutir o tema Mulher Negra. Mulher negra, principalmente, na diáspora. Em todos eles, verificamos que o ponto de maior conflito é o racismo. Vamos desenvolver um ponto, que para nós, é o que traz maiores traumas para a construção de uma auto-estima fortalecida: os traços estéticos desta mulher negra: Cabelos e corpo. E neste aspecto, a importância do salão de beleza afro. Hoje, temos vários trabalhos, artigos, livros, reportagens na mídia, mostrando a importância do salão afro e seus profissionais, na construção de uma imagem negra, valorizando suas características, e com isto aumentando a auto-estima, principalmente da mulher negra. Vamos levantar o ponto mais conflituoso, para a mulher negra : os seus cabelos crespos. Vivemos em uma “ditadura” da beleza. O padrão de beleza estabelecido no ocidente, pele, corpo, cabelos lisos e claros (quanto mais claros, mais valorizados), produz o conflito com o espelho (isto é , a identidade negra é construída não só a partir do olhar que o negro tem de si, mas também da relação que ele tem com o olhar do outro sobre ele, isto é, não só o que é refletido no espelho o que importa, conforme a profa. Dra. Nilma Gomes .Além de todos estes fatores, temos ainda a desinformação sobre este cabelo. A sua estrutura, a sua necessidade, os produtos corretos, a opções de penteados. A indústria brasileira de beleza é uma das que mais cresce no país, mas ainda não atende corretamente a necessidade destes cabelos crespos, que são frágeis e secos. A população brasileira, pela grande miscigenação, tem mais de 70% de pessoas com cabelos crespos (cacheados, ondulados, carapinhas, muitos crespos, etc.) portanto uma grande massa consumidora mas, infelizmente, ainda não é vista como tal.

¹ Comunidade Afro n'zinga.

A formação do educador na perspectiva étnico-racial: desafios diante da implementação das leis nas escolas públicas do DF

Carmen Silvia Batista¹

As conquistas legais que culminaram com as mudanças estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação no artigo 26-A pelas Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 simbolizam dois momentos cruciais na nossa história da educação, o ponto de chegada das lutas antirracistas no Brasil e a instituição de ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação. A partir daí se estabeleceu a necessidade de uma formação do educador na perspectiva étnico-racial para deferir as Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Educação. Pautar a formação dos professores em um desenho de projetos, programas e ações pedagógicas que atendessem aos conteúdos definidos pela obrigatoriedade de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, além de considerar a História e Cultura Indígena, se tornou uma necessidade primordial. Aliado a isso, a luta pela inclusão dessas temáticas como conteúdo permanente dos currículos e da formação de professores exigiu da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação uma formação nessa área, por essa razão em 2004 começaram os cursos, palestras, oficinas e assessoria pedagógica que culminaram com a sala temática - Espaço Afrobrasilidade, uma ação que agora tomou um novo rumo abarcando as dimensões da “diversidade”. Em consonância com o trabalho efetivado até maio de 2011, esta apresentação visa relatar a experiência construída com professores/cursistas para revelar os meandros desse trabalho de formação, apontar as dificuldades

¹ Professora Mestre. Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação - EAPE e Secretaria do Estado de Educação do DF - SEEDF.

detectadas, as barreiras vencidas, o despertar de entusiasmo pelo estudo e pesquisa, o estabelecimento de parcerias para a efetivação do trabalho, o intercâmbio de informações entre os cursistas e suas práticas pedagógicas, as interlocuções com as comunidades escolares, lideranças populares, representantes políticos e a execução de objetivos, estratégias e recursos, focados na construção da equidade étnico-racial nas instituições escolares.

■ EIXO 1:

POLÍTICAS PÚBLICAS, GOVERNANÇA E GESTÃO EDUCACIONAL: DESAFIOS SOCIAIS



Gestão democrática na escola: um olhar sobre as eleições diretas nas escolas públicas do estado da Paraíba

José Otávio da Silva

Este trabalho tem como objetivo analisar que fatores levaram a não realização das eleições diretas em vários municípios do interior paraibano, tomando como objeto de análise o município de Itapororoca/Pb. Como procedimentos metodológicos, foram adotados, questionários com os gestores, entrevista com as Secretárias Municipais de Educação e análise documental da Lei 296/10. Trata-se de uma pesquisa qualitativa. A pesquisa teve como suporte os pressupostos teóricos de autores cuja linha de pensamento se relacionam em especial, com a gestão democrática e a escolha de gestor escolar por meio de eleições diretas, foco deste estudo. Os resultados estão evidenciando o quanto é importante a constituição da democracia no interior de nossas escolas.

As competências do gestor escolar no entorno sul do Distrito Federal

Eliane Fernandes Limão¹

A presente pesquisa investigou o papel do gestor escolar e visualizou competências e habilidades necessárias ao desenvolvimento dessa função primordial no universo da educação, considerando as mudanças atuais. O gestor escolar é o responsável pela organização do trabalho de toda equipe escolar, é aquele que gerencia todas as ações pertinentes à organização do trabalho desde o planejamento, monitoramento, execução, controle e avaliação das práticas administrativas e pedagógicas da instituição. O mesmo não pode esquecer a importância da responsabilidade de todos, a fim de evitar imposições e autoritarismo. Todas essas premissas foram consideradas no transcorrer de todo escrito, destacando-se análises de estudiosos e pesquisadores que defendem a gestão escolar como um dos caminhos para a conversão do processo educacional. Foram levantadas dificuldades e desafios na rotina dos gestores escolares, sobretudo em escolas públicas da região do entorno que, mesmo estando localizadas a pouco mais de 50 km da capital federal do país, tem uma política educacional incompatível com a realidade e necessidade da região. A formação continuada do profissional de gestão escolar e o uso das tecnologias da informação merecem receber por parte de todos, em especial do governo, mais incentivos. No que tange a formação inicial dos gestores, faz-se necessário que as instituições de Ensino Superior rediscutam a importância dos cursos de Licenciaturas, fomentando o debate e investindo na formação de profissionais que compreendam que a Educação é elemento chave para a transformação da sociedade.

¹ Escola Universo e Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro Oeste - UNIDESC.

População em situação de pobreza e qualidade da educação brasileira

Natália Duarte¹

Este estudo analisa relação entre a educação formal e a população em situação de pobreza. Socializa algumas conceituações sobre pobreza e reflete sobre seus fundamentos. Apresenta estudo estatístico preliminar sobre a relação entre educação formal e pobreza a partir da correlação entre IDEB da escola e população em situação de pobreza. A partir do diálogo com os indicadores de fracasso escolar apresentados conclui ressaltando as características de uma política pública social e a necessidade de se garantir à escola e à educação a distribuição democrática do sucesso escolar como complementação do acesso à escola.

¹ Universidade de Brasília - UnB.



A política de ensino médio nos marcos da Constituição/1988 e da LDB/1996: o estado atual da questão em um município baiano

Gabriela Pimentel¹

O processo das esperadas obrigatoriedade e gratuidade no ensino médio se iniciou com a Lei 12.061, 27/10/2009, que assegurou o acesso ao ensino médio público a todos os interessados. A Emenda Constitucional nº 59, 11/11/2009, prevê obrigatoriedade do ensino médio e amplia a abrangência dos programas suplementares. Para analisar a aplicabilidade desses novos marcos, realizou-se uma pesquisa com gestores da rede pública estadual da cidade de Barreiras-Ba. Os resultados indicam que a identidade desse nível de ensino deve ser uma combinação do caráter propedêutico com o profissionalizante. Os dados da pesquisa mostram, ainda, a notória ignorância revelada pelos gestores responsáveis quanto aos progressos conceituais contidos na inovação legislativa.

¹ Universidade Católica de Brasília - UCB.

A gestão focada na inclusão: escola aberta para a diversidade

Gleice Aline Miranda da Paixão e Aline Veiga¹

O presente artigo apresenta um Estudo de Caso realizado em uma escola pública do Distrito Federal reconhecida pela comunidade escolar local como uma referência em Educação Inclusiva. Neste Estudo procurou-se investigar como intervenções realizadas pela gestão da unidade escolar podem propiciar a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. Também foi objetivo da pesquisa, observar como a gestão intervém no clima organizacional da escola com vista à inclusão dos alunos. Igualmente, verificou-se a importância atribuída à Educação Inclusiva dentre as ações da gestão da escola. Os dados obtidos na pesquisa mostraram que a escola possui um ambiente de abertura às diferenças de aprendizagem. A pesquisa revelou que muitos professores acreditam que a educação que se faz na escola é uma educação inclusiva ao propiciar aos alunos com necessidades educativas especiais um tratamento adequado as suas especificidades, proporcionando um ambiente educativo inclusivo. A maioria dos professores acredita que a gestão atual da escola tem como meta a educação inclusiva ao acolher os educandos especiais e ao promover o desenvolvimento cognitivo de todos. Como resultado da pesquisa, também, observou-se que o gestor exerceu liderança e promoveu uma intervenção no clima organizacional da escola ao partir de uma demanda interna: os alunos com necessidades educativas especiais eram matriculados, mas não tinham atendimento adequado às suas necessidades. Como líder, o gestor mobilizou a escola e conseguiu, através do engajamento da comunidade escolar local, montar sala de recursos, promover

¹ Universidade Católica de Brasília - UCB.

debates e sensibilizações e por em pauta, na cultura organizacional da escola, a Educação Inclusiva. Percebeu-se, portanto que se trata de um exemplo de intervenção gestora de sucesso, voltada para o atendimento da diversidade.

Introdução à Educação Superior: política de inclusão e permanência na universidade

Martha Paiva Scárdua¹

Esse artigo apresenta experiência realizada na Universidade Católica de Brasília, fruto de política de inclusão e permanência na universidade. Implementada em 2009, a disciplina Introdução à Educação Superior, oferecida a todos os alunos da graduação da Universidade Católica de Brasília, se destaca como uma das ações dessa política, apresentando dois objetivos: 1) oferecer soluções práticas de inclusão pedagógica a alunos cuja educação anterior à universidade não desenvolveu formação metacognitiva adequada; 2) construir uma relação pedagógica baseada na autoria e autonomia, com vistas a um mundo mais solidário, ético e justo. Esse artigo apresenta um relato desta experiência em seu primeiro ano de execução, em 2010, e pretende incentivar outras instituições de ensino a se mobilizarem diante do contexto de mudanças que vem ocorrido no âmbito do ensino superior, além de contribuir com a discussão realizada pela equipe de professores e gestores que se engajou na realização do projeto. Exploram-se registros da prática pedagógica docente e troca de experiência com professores e alunos. As conclusões apresentadas sugerem caminhos alternativos a uma educação que tem sido pautada pela reprodução, fragmentação dos conhecimentos e despersonalização dos sujeitos e que vem tornando a organização de trabalho pedagógico, por vezes, sem sentido.

¹ Professora Mestre. Universidade Católica de Brasília- UCB.

Políticas públicas e gestão do ensino médio público no Distrito Federal: a formação continuada de professores na perspectiva de organismos multilaterais

Fontele de Lima Junior e
Kattia de Jesus Amin Athayde de Figueiredo¹

A formação de professores tem sido objeto de pesquisa em muitos estudos que tratam sobre o tema. Na contemporaneidade, a procura, quase que frenética, por cursos de formação continuada tornou-se uma condição para que os profissionais docentes permaneçam, qualitativamente, em seus postos de trabalho. Nesses termos, a relevância social do tema constitui-se o objeto deste texto, que problematiza a gestão do espaço educacional público e suas implicações nos cursos de formação continuada. Assim, discute-se as políticas públicas, voltadas para a formação de professores do ensino médio público do Distrito Federal, sob o enfoque dos organismos multilaterais de crédito, especificamente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Destaca-se o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed), por aquele banco financiado, e suas implicações para as políticas públicas educacionais, evidenciando-se a estrutura burocrática do Estado e a direcionalidade das ações do programa na promoção da formação continuada. Com efeito, as políticas educacionais desse modo norteadas, criaram novos cenários para a realização das práticas pedagógicas, por meio da elaboração e execução de programas educacionais, a exemplo do Promed. Para discutir criticamente os pressupostos que fundamentaram tal política formativa, utilizou-se o método dialético marxista, no sentido de explicitar as contradições subjacentes ao objeto em estudo e

¹ Universidade de Brasília - UnB.

suscitar o debate em torno da lógica educacional circunscrita a esse modelo de gestão da educação. Nesse contexto, apresentou-se algumas das ações praticadas no ensino médio público distrital, que demonstram a ausência de articulação e de diálogo na formulação dos programas de formação, financiados por organizações multilaterais de crédito, da mesma forma que elucidam o distanciamento entre o planejamento pedagógico, com base em conteúdos imediatistas e deslocados da realidade educacional vivenciada pelos professores, das concretas necessidades que a prática docente e os processos educativos demandam para a etapa final da educação básica pública.

Gestão de TI: ferramenta de suporte para a educação a distância

Fábio Brito Gontijo

Este *paper* analisa a gestão de serviços de Tecnologia da Informação (T.I.) na Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM), como suporte ao processo de e-teaching, empregado por esta instituição como Ensino a Distância (EAD). São analisados os fatores críticos de sucesso da Gestão de T.I. na Faculdade FINOM, identificando as vantagens relativas às qualidades do processo de aprendizagem na modalidade EAD tanto por parte do aluno como do professor, bem como investigar as características de e-business desenvolvidas nesta instituição, o qual pode comprometer o desalinhamento estratégico da mesma, tendo em vista que o ensino oferecido por esta em cursos de graduação e pós-graduação são ministrados por meio de aulas presenciais.

A oferta da educação formal aos adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação: “um olhar diferenciado da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal”

Giovanna Silveira

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal apresenta um olhar diferenciado para a oferta da educação formal aos adolescentes cumprindo Medida Socioeducativas de Internação, a elaboração de uma proposta de escolarização específica para os adolescentes privados de liberdade. Esta discussão foi provocada considerando-se as condições específicas dos adolescentes em situação de internação e o Plano de Descentralização e Ampliação dos Centros de Internação do Distrito Federal, onde identificou-se a necessidade de se formar um grupo de trabalho com a participação dos atores envolvidos na política de educação em articulação com os vários sistemas e políticas, para maior efetividade das ações, inclusive com a participação da sociedade civil, para elaboração de uma Proposta de Escolarização diferenciada das adotadas nas instituições educacionais da Rede Pública do Distrito Federal. Tem como objetivo garantir o direito à escolarização do adolescente em medida de internação, buscando o desenvolvimento de ação pedagógica adequada e comprometida com a filosofia da inclusão que favoreça o desenvolvimento integral do aluno em privação de liberdade, tendo em vista a aquisição de habilidades e competências e a formação de atitudes e valores. Tem como público alvo os adolescentes cumprindo Medida Socioeducativa de Internação e os profissionais de educação que atuam nas Unidades de Internação do Distrito Federal. Apresenta o pensamento de estudiosos. Define as metodologias de trabalho a serem aplicadas na oferta da escolarização aos adolescentes internos e conclui mostrando a importância da formação de todos os atores envolvidos no processo

socioeducativo e de escolarização desses alunos para que entendam o atual contexto em que se encontra o adolescente em conflito com a Lei e façam-se presente em sua ação socioeducativa.

Formação continuada de professores e políticas educacionais: discutindo conceitos, concepções e metodologias

Simone Coité

Este trabalho trata da multiplicidade dos termos, concepções e metodologias presentes na literatura e relacionados à formação continuada, com o objetivo principal de proceder um mapeamento e uma análise reflexiva quanto a estes aspectos e as políticas educacionais através do diálogo com autores que tratam da temática. A ideia central é que a formação continuada pode contribuir significativamente para o desenvolvimento pessoal e profissional, permitindo aos professores o desenvolvimento da autonomia para o aprendizado permanente, a reflexão crítica sobre a sua prática pedagógica e a sua transformação enquanto protagonista do seu processo de aprendizagem.



O reconhecimento, avaliação e certificação de aprendizagens não formais e informais: experiências na educação profissional

Glecivan Barbosa Rodrigues¹

Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida no âmbito de um mestrado pela Universidade Católica de Brasília, na área de Política, Gestão e Economia da Educação e centra-se na problemática do reconhecimento e certificação de aprendizagens e competências desenvolvidas em contextos não formais e informais, numa perspectiva educativa. A pesquisa compreende uma análise documental com breve resenha das práticas de reconhecimento de aprendizagens e de competências implantadas ou em implantação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. O Ministério da Educação, por meio dos IFETs, instituiu a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC, que tem por objetivo oferecer ao trabalhador a oportunidade de reconhecimento e certificação dos saberes, utilizando de metodologias e sistemas que permitam identificar, avaliar, e certificar esses saberes. O SENAI e o Centro Paula Souza são instituições com significativa atuação na educação profissional do país e vêm estruturando ações e sistemas de avaliação nessa área. No intuito de melhor compreender essa temática no contexto escolar, optou-se ainda, por realizar uma pesquisa de campo em uma das instituições resenhadas, e assim obter mais elementos para uma análise crítica do fenômeno. Uma das técnicas de coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada, com a participação de gestores, coordenadores, técnicos e docentes. Optou-se por utilizar a pesquisa documental, de caráter teórico e

¹ Universidade Católica de Brasília - UCB.

de natureza qualitativa, com o intuito de não apenas descrever o objeto, mas desenvolver uma análise crítica, apoiada em alguns elementos da análise de conteúdo (BARDIN, 2004), o que permite a inferência de conhecimentos sobre as principais abordagens subjacentes ao reconhecimento e avaliação de aprendizagens e competências na educação profissional.

Who is going to taste the soup? The importance of formative assessments in educational policies

Cecília Alves and Mark Gierl¹

Robert Stakes is quoted as saying, “When the cook tastes the soup, that’s formative. When the guests taste the soup, that’s summative”. The task of serving a delightful soup—one that meets the guests’ needs and expectations—is not an easy one. Transposing this analogy to the educational context, improving the soup requires research and principles that direct the assessment design. So if tasting soup is formative, then educational researchers need to investigate in advance what kind of assessment they want, who are the students to be assessed, what are their needs, what are the relevant skills and abilities to be assessed, and what kind of information would be useful to strengthen their skills and abilities in a specific domain area. The term “formative” is used here to mean that the “results of the assessment are used to directly support teaching and learning, as contrasted with summative testing, which evaluates the student after the instruction is over” (DiBello, Roussos & Stout, 2007, p. 285). Hence, outcomes from formative assessments may inform instruction, providing teachers and students with a clear appreciation about what learners understand and what gaps in their knowledge still exist. It is widely accepted that the way students are assessed has a major influence on their learning (Black & Wiliam, 2001; Garfield, 1994; Gibbs & Simpson, 2004; Stiggins, 2002). Most importantly, when adequately conducted, assessments have the potential to help motivate students, and to empower them to take control of their own learning (Tanner & Jones, 2003). In sum, this study aims to discuss the importance of

¹ University of Alberta, Canadá.

investing in educational policies that support formative assessment given that this type of assessment, potentially, can enhance a better understanding of students' strengths and weaknesses and provide teachers and students with diagnostic information.

Escolas bem-sucedidas: quem são, como são, por que são? Um estudo de caso de escolas públicas do Distrito Federal

Rafaela Nunes Marques¹

O baixo rendimento dos alunos da maioria das escolas públicas brasileiras é tema de debate constante. Medidas são estabelecidas para aferir a “qualidade” educacional, como as avaliações em larga escala, porém, tal qualidade, ainda está longe de ser alcançada por muitas escolas das redes públicas de ensino. O Brasil, como a maioria dos países latino-americanos, passou décadas criando políticas educacionais voltadas para a garantia do acesso das crianças à escola. Essa preocupação extrema e pertinente com a cobertura acabou negligenciando um aspecto fundamental que é a qualidade educacional. Portanto, a partir da década de 90, a questão da qualidade educacional voltou a ser discutida, tornando-se necessário que as políticas educacionais avançassem muito mais nesse sentido. Estudos variados apontam a problemática da educação brasileira e os fatores que contribuem para manter ou até aumentar mais ainda as desigualdades educacionais. Portanto, há carência de pesquisas que indiquem soluções que podem ser tomadas para superar tais problemáticas. Diante do exposto algumas indagações são suscitadas, a saber: as escolas interferem de modo diferente no aprendizado dos alunos? Que características da escola são favorecedoras do desempenho dos alunos em avaliações de larga escala? Que impacto a gestão pode causar no rendimento dos alunos? O presente estudo pretende realizar uma investigação *in locu* de duas escolas públicas do D.F que são consideradas bem-sucedidas conforme dados divulgados por ocasião de avaliações de larga escala, para observar e analisar que diferenciais apresentam tais escolas. Nesse sentido, este estudo se mostra relevante porque contribui para a formulação de um saber sobre a relação entre as estruturas internas da escola associadas ao aprendizado do aluno.

¹ Universidade Católica de Brasília -UCB.

EIXO 2:

POLÍTICA EDUCACIONAL, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS LOCAIS E GLOBAIS



Educação integral e educação de tempo integral: desafios e contradições na construção da cidadania

Janete Palazzo e Fernanda Marsaro dos Santos¹

Este artigo tem como objetivo explorar, na literatura e na legislação pertinente, as principais vantagens da educação integral e em tempo integral e sua contribuição para a formação de cidadãos responsáveis e participantes, bem como apresentar alguns aspectos da prática de implantação do Programa MAIS EDUCAÇÃO em três escolas públicas do município de Valparaíso de Goiás, entorno do Distrito Federal, no segundo segmento do ensino fundamental. Este programa de governo tem por finalidades ampliar o espaço educativo, avançar o rendimento e o aproveitamento escolar, combater o trabalho infantil, promover formas de expressão de linguagem artísticas, literárias e estéticas, estimular práticas esportivas e fortalecer a relação entre família, escola e comunidade. O trabalho aborda a primeira etapa de uma pesquisa em andamento e consiste em análise documental e bibliográfica. O texto procura investigar aspectos relevantes na implantação do Programa praticada nessas escolas. São abordados os pressupostos basilares do referido programa como um ideal a ser perseguido para garantir o desenvolvimento das crianças e adolescentes que vivem na contemporaneidade em constantes transformações. Busca-se diferenciar os termos Educação Integral e educação de tempo integral com a sustentação dos marcos legais, acrescidos de alguns teóricos clássicos como Dewey, Anísio Teixeira e Vitor Paro. Em seguida, apresenta-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com seus eixos, programas e estratégias que permeiam o Programa. Por fim, contextualiza-se o município onde estão situadas as escolas, alvo da pesquisa, com a indicação de algumas

¹ Universidade Católica de Brasília- UCB.

atividades, já em andamento nas escolas selecionadas que estão inseridas no mencionado programa. Como se trata de pesquisa em andamento, por ora, tem-se o olhar de uma conclusão parcial.

Discovering, recovering and covering-up canada: tracing historical citizenship discourses in contemporary canadian educational policy documents

Reva Joshee, Karen Pashby, and Leigh-Anne Ingram OISE¹

During the past twenty years, there has been a resurgence of interest in citizenship education in both K-12 schooling policy and adult immigration materials which has been connected to other foci including globalization, identity, and social cohesion. In this paper we outline key citizenship discourses from educational policy documents in two Canadian provinces and compare them with citizenship discourses found in the new citizenship study guide produced by the federal government for use by adult citizenship applicants to prepare for the citizenship test. We then raise the implications of our findings for social justice-oriented education policy.

¹ University of Toronto - Canadá.



Deliberative democracy, people's agency and education: a case of dialogic transformation of school system

Gaysu R Arvind¹

This paper briefly looks into the ways of invigorating democracy by constructing deliberative decision-making spaces in access to school and its curricular and governance practices. The theoretical framework is largely informed by works of Amartya Sen on democracy and social justice, Archon Fung on empowered participatory governance (EPG), the Brazilian experience of Citizen School Project, and the structural provisions made in the Indian Constitution for local governance. Drawing on case-studies of bottom-up approaches to strengthen school functioning, the paper examines an array of innovative forms of people-based participatory governance practices that emerged in diverse settings to make state more responsive and accountable to education of marginalized children in the traditionally unequal Indian society. These practices also enabled a fuller realization of peoples' rights as citizens drawn from the lowest strata of the society experienced empowerment by influencing larger state institutions and policies that affect schooling and life-options of their children. These people-centric efforts further gain significance as they emerged against the backdrop of enduring inequalities and asymmetries embedded in the mainstream social and educational system. The article ends on a cautionary note, warning that in absence of an enabling context, in existing neo-liberal times the emerging practices of school transformation and social justice run a risk of either withering away, or degenerating into piecemeal measures for crisis-intervention, leaving neither a legacy of empowerment nor a hint of systemic change.

¹ University of Delhi - India.

Back to the cave: cold, hungry and cruel? an epithet for the world bank's neoliberal economy project

Veronica Caparas¹

The famine of 2008 is to last for a year, or so the avatars of the North predict. Despite thick stimulus packages for basic services [such as education] that the leading empire releases in 2010 [perhaps to hit its 2015 millennium development goal of Education for All], restiveness reigns. Some avatars opine that the famine is to be of a worse magnitude than that of the 1930s. The avatars must have memory lapses to even compare the early 21st century to that of the first half of the 20th century. They must have forgotten that between the 1940s and 2000s, several avatars have designed and charted development destinies for countries ravaged by the Second World War. Too many “divinely-inspired” cooks, in an iron chef show of one-upmanship, spoil the broth of development.

¹ University of Alberta, - Canadá.

Desafios para uma educação católica na construção da cidadania

Olmira Dassoler¹

Este artigo perfaz o eixo temático “Educação, Cidadania: perspectivas e desafios locais e globais”. Contempla aspectos históricos da educação católica no Brasil e traz presente a educação que formou a cidadania do povo brasileiro. Apresentam-se os valores considerados essenciais no desenvolvimento do ser humano, contributos para o exercício da cidadania, assim como se aprofundam alguns desafios que envolvem o trabalho educativo na construção da cidadania. Com relação às políticas de educação católica, discute-se a questão da “politicidade” no contexto da educação católica e questiona se, da maneira como se apresentam e na visão da autora, não se trata tanto de políticas em sua acepção mais abrangente; e, sim, a ênfase e a intensidade maior recaem muito mais sobre o desenvolvimento de uma consciência cidadã, concretizada, por meio de uma gama imensa de ações humanitário-solidárias. Conclui-se na perspectiva da esperança fundamentada na pedagogia crítica de Paulo Freire e na perspectiva de que é possível transformar a realidade a partir do que se considera missão e compromisso na construção da cidadania, por uma sociedade menos injusta e mais solidária.

¹ Universidade Católica de Brasília- UCB.

A cidadania docente na educação superior

Isabela Cristina Marins Braga¹

Este *paper* busca compreender a cidadania docente no contexto da educação superior, campo de investigação que precisa ser explorado no Brasil. O trabalho é parte do referencial teórico necessário para minha dissertação de mestrado em educação, ainda em andamento. Buscou-se primeiramente conhecer um pouco da história da educação superior no país e como esta ainda é marcada por desajustes sociais e mudanças nas políticas do governo. Contudo, foi observado que esse nível de ensino sofreu fortes influências dos governantes e da sociedade desde o século XIX, que tentou elitizar o ensino superior, como uma oportunidade para poucos no cenário nacional. Com o crescimento do mercado, o novo caráter da Educação Superior adotou uma conduta mercadológica, diante da necessidade de inserir mão-de-obra qualificada em todo o país. Nesse sentido, é importante também questionar como fica a questão do comprometimento social da educação superior, diante das atuais pressões da globalização neoliberal, uma vez que, este novo modelo prega a necessidade de este nível de ensino promover uma estreita relação entre cidadania e responsabilidade ética e social. A legislação educacional brasileira reforça bem este ideal. A Educação Superior é a base para construção e formação de qualquer nação e este trabalho argumenta que a educação para a cidadania deve começar pelo resgate da cidadania do professor, uma vez que, quanto mais ele se sentir tratado com justiça e respeitado em seus direitos, maior será seu comprometimento com a educação dos discentes e com as questões sociais locais e globais mais relevantes. Entretanto é importante compreender o que é cidadania, uma vez que este termo possui várias definições.

¹ Universidade Católica de Brasília - UCB.

Com base em vasta literatura na área de educação para cidadania, constrói uma definição própria para cidadania docente que ressalta a importância das dimensões emancipatórias e autônomas.

Políticas educacionais e exclusão: questões contemporâneas de cidadania dos estudantes com superdotação em situação de pobreza

Renato de Oliveira Brito R; Olzeni Costa Ribeiro;
Magali Machado¹

Este artigo traz como eixo temático, discutir a questão da cidadania voltada para os estudantes com superdotação oriundos das classes desfavorecidas, os quais enfrentam os efeitos do preconceito que nega o talento em ambientes adversos. Traz, ainda, dentre as várias concepções de exclusão, a que se refere diretamente ao contexto atual da educação, conceito que nasce na teoria dos conjuntos, e, desde a sua origem, segue impregnado de uma força perversa que vem há séculos determinando as relações sociais. A pesquisa objetivou refletir sobre aspectos relacionados às perspectivas de inclusão desses estudantes, a partir da eliminação dos mecanismos de exclusão impostos pelas próprias escolas e corroborados pelas políticas educacionais. Como propósito, buscou investigar em que medida a rede pública reconhece a existência de estudantes com essas características, se demonstra estar preparada para identificá-los, e, enquanto necessidade educativa especial, verificar se as políticas educacionais, especialmente, no Distrito Federal, caminham na direção de atendê-los. Discute a visão equivocada dos professores como obstáculo à identificação desses estudantes e propõe a urgência em programar políticas de formação continuada direcionadas para o reconhecimento dessas características, envolvendo estratégias para a oferta de uma educação adequada às suas necessidades. O enfoque adotado atendeu ao estudo de natureza analítico-descritivo, com base em pressupostos do método *survey*. Envolveu 44 professores, entre docentes, gestores e coordenadores, de quatro escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, sendo três escolas localizadas em zonas periféricas

¹ Universidade Católica de Brasília - UCB.

e uma em zona central. Os dados evidenciaram a discrepância entre o tempo de experiência dos professores na área da educação e o grau de desconhecimento acerca da superdotação e da oferta de atendimento especializado há mais de três décadas no DF.

Os desafios da educação profissional brasileira na promoção da cidadania

Kátia Christina Soares de Moraes Corrêa¹

Este artigo constitui uma tentativa de resgate e reconstrução de propostas e iniciativas de qualificação profissional promovidas por instituições públicas e privadas, incluindo governo e organizações não governamentais, com destaque para o “Sistema S”. Inicia-se com um breve resgate histórico e aborda aspectos da Educação de um modo geral, com enfoque na Educação Profissional no Brasil. Discute temas relacionados à história dessa modalidade de ensino, além de fazer um breve parâmetro do que é, e do que foi a Educação Profissional no país. Tem como tema principal a promoção da cidadania como forma de inclusão social, por meio do Programa Senac de Gratuidade (PSG), que oferece cursos gratuitos de qualificação profissional para pessoas de baixa renda. O texto cita ainda, algumas políticas públicas apresentadas por meio de programas de formação profissional, voltadas para a promoção da cidadania e inclusão social, fazendo uma relação entre Educação, Trabalho e Cidadania. O presente artigo está dividido em três partes. A primeira apresenta um breve relato sobre a Educação dentro da perspectiva da formação para o trabalho no país, no contexto histórico brasileiro. A segunda parte apresenta a relação entre educação, trabalho e cidadania e as perspectivas de promoção da cidadania por meio de programas de inclusão social, com enfoque nas políticas públicas de educação profissional, voltadas para a formação profissional e para a inserção no mercado de trabalho. E a última parte, que apresenta o Programa Senac de Gratuidade, que dentro da perspectiva de política pública, tem como principal desafio a promoção da cidadania por meio da formação para o trabalho, e, a inclusão de indivíduos excluídos socialmente.

¹ Universidade Católica de Brasília - UCB.

A cidadania na educação infantil: perspectivas políticas e pedagógicas

Aline Leal Gonçalves¹

O objetivo deste artigo é promover uma reflexão por meio da revisão de literatura sobre a cidadania na educação infantil. Ciente da crise de valores e dos grandes desafios que a sociedade atual vem atravessando, é necessário repensar e avançar na construção de um modelo de educação que abarque valores morais e éticos e que seja norteado por princípios de cidadania. Considerando que o desenvolvimento social do indivíduo começa desde a primeira infância, é fundamental que o trabalho realizado pelas escolas para construção da cidadania comece desde a primeira etapa da educação básica: a educação infantil. Para isso serão discutidos neste trabalho conceitos e interpretações de diversos teóricos acerca do tema cidadania para a educação, bem como algumas práticas pedagógicas que contemplam este princípio. Além disso, será analisado o princípio de cidadania para a educação infantil na perspectiva da legislação brasileira. A apresentação deste estudo está dividida em três partes. A primeira examinará o contexto das políticas públicas de Educação Infantil no Brasil, relatando brevemente o seu trajeto e conquistas, com enfoque especial no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases, Lei Federal nº 9394/96. A segunda parte analisa algumas interpretações do conceito de cidadania para a educação. Este tópico revela que as diferentes compreensões sobre o tema cidadania enfatizam aspectos bastante variados e cada interpretação aponta para um grupo de ações e atitudes com foco em diferentes questões. A terceira parte apresenta algumas práticas educativas, relatando tanto algumas experiências nacionais, quanto de outros

¹ Universidade Católica de Brasília - UCB.

países, que estão comprometidas com este princípio da cidadania. Este trabalho é também parte integrante da minha dissertação de Mestrado, em andamento.

Conflict resolution in a free school: potential for citizenship education

Marc-Alexandre Prud'homme¹

This proposal discusses a study about conflict resolution in a free school. Bickmore (2006), criticizing the state of citizenship education in North American schools, argued that an active citizenship entails being able to grapple with democratic conflicts. Similarly, Neuberger (2007) called for democratic educators to teach peaceful resolution of conflicts through cooperation and compromises. Free schools, mainly operating democratically, can offer many opportunities for citizenship education in this regard (NEILL, 1992). These schools largely grant equal rights and obligations to its teachers and students, which include the option of attending classes. Consequently, democratic activities are in place to regulate the social life in these schools putting students in charge of solving most of their interpersonal disputes. Because few researchers have looked at free schools since the 1970s, I have conducted a case study using tools of ethnography about students' experiences in relation to citizenship education during democratic activities in a free school. Guided by complexivist principles that consider processes such as these experiences and conflict resolution as complex, emergent, adaptive and embedded in the dynamics of the school and of the society in which they occur (DAVIS, 2006), I collected data on the topic for one month with 22 participants at a Canadian free school. In the democratic activities, students experienced a combination of feelings that mostly included appreciation, concerns and empowerment while engaging in both decision-making and conflict-resolution processes. During these processes, participants changed in many ways, notably adopting new strategies to tackle interpersonal conflicts such as trying to

¹ University of Ottawa - Canadá.

resolve disputes following principles associated to nonviolent communication before seeking assistance from teachers and peers. As such, the development of conflict resolution skills in these democratic activities indicates that these democratic processes represent mechanisms that can benefit citizenship education and social cohesion in schools and in other settings like family home.

EIXO 3:

POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL, SEXUAL, SOCIAL, CULTURAL E LINGÜÍSTICA



Abordagem histórica da construção da “invisibilidade” do negro na educação brasileira

José Luiz Villar¹

O controle sobre o acesso à Educação se constituiu ao longo da História republicana numa eficiente estratégia para “administrar” a mobilidade social. A libertação dos escravos, e o temor de uma africanização do Brasil tornaram o controle do acesso à Escola por parte das elites uma ação sistemática e preventiva. A ciência foi utilizada a partir da formulação e difusão das ideias do Darwinismo Social e da Eugenia para fundamentar ações políticas que mantinham a exclusão, dificultando o acesso do negro a educação mesmo depois de liberto. A relação entre discriminação racial e ascensão social foi destacada na obra da Historiadora Emilia Viotti da Costa, onde a pesquisadora comprova que a “elite branca”, controlava os mecanismos de mobilidade social através do “sistema de clientela e patronagem”. O acesso a educação era uma das formas de controlar a mobilidade social dos negros e mestiços, atuando juntamente com a crença pseudo-científica da existência de uma inferioridade racial. Assim como os negros foram proibidos de ter acesso a educação construiu-se também um silêncio sobre a sua participação na História da Ciência no Brasil. Os negros tornaram-se invisíveis a partir de um determinado tipo de representação. Ao serem massificados como força de trabalho foram privados de uma identidade, de uma singularidade. A representação dos Negros nos livros didáticos foi limitada ao trabalho como escravo, ou escravo de ganho na exploração colonial, ou como vendedor e trabalhador ambulante na Primeira República. O estudante cresce tendo o trabalho braçal como única referência. Sempre que o negro aparece

¹ Universidade de Brasília - UnB.

nos livros didáticos parece não ter identidade, é apresentado como uma massa de trabalhadores, sem nome e sem História. A História de cientistas e engenheiros negros como Juliano Moreira, Theodoro Sampaio e Andre Rebouças é sistematicamente omitida.

Construção e desafio de uma identidade negra positiva a partir de Alberto Melucci

Jorge Manoel Adão

O presente trabalho possui como objetivo fazer uma abordagem sobre os desafios da construção de uma identidade negra positiva em terras brasileiras, a partir do pensamento do sociólogo e psicólogo clínico italiano Alberto Melucci. Presentificando a organização, atuação, reivindicações e conquistas do movimento negro brasileiro, enquanto movimento social, especificamente, este texto aborda: o contexto histórico, ideológico e teórico que fragmentou e estereotipou a identidade dos negros e negras brasileiros; o conceito e contexto de negritude; e, por fim, o contexto em que se dá a construção e desafio de uma identidade negra positiva; enfatizando o conceito e entendimentos meluccianos de identidade em nossas sociedades hodiernas.

Da necessidade de novas práticas: implicações da Lei Federal Nº 10.639/2003 no ensino médio

Denise Maria Soares Lima¹

O ensino médio no Brasil sofreu mudanças que possibilitam ao estudante a compreensão dos problemas da sociedade e a identificação de causas e possíveis soluções a partir do estudo integrado das dimensões científicas, tecnológicas e culturais do currículo. Aliada a essas novas diretrizes, surge a implementação da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em estabelecimentos oficiais e particulares no ensino fundamental e médio. Contudo, desde sua publicação, os conteúdos impostos não se consolidaram nos currículos escolares, fazendo-se necessário interrogar como e quais políticas públicas educacionais no âmbito federal, estadual e municipal têm sido delineadas, inclusive, no sentido de promover a formação de professores para a educação das relações étnico-raciais de modo que estejam preparados para novas abordagens e metodologias, onde a prioridade é despertar as competências básicas dos alunos no âmbito da referida Lei. Afinal, o professor é agente ativo no cotidiano escolar, educando para a construção de valores antirracistas que incluam crianças, jovens e adultos negros e garantam-lhes educação de qualidade. Este artigo se propõe a refletir a importância da formação do professor frente aos conteúdos impostos pela referida Lei. Ao fazê-lo, apresenta um breve histórico da referida lei, apontando seus fundamentos e exigências dada a necessidade de se estabelecer posturas pedagógicas que reconheçam as diferenças. Procura ressaltar aspectos que

¹ Universidade Católica de Brasília - UCB.

constituem a prática pedagógica, além de apontar algumas ações empreendidas pelo Estado, que têm como escopo garantir o implemento legal, particularizando o ensino médio.

Candomblé Iorubá: a relação do homem com seu orixá pessoal

Francisco Thiago Silva¹

Resumo: Este artigo objetiva entender as relações e influências dos arquétipos dos orixás nos seguidores do Candomblé Iorubá a partir da revisão e análise crítica sob uma ótica comparativa de diversas fontes, principalmente as obras: O candomblé da Bahia (2001) de Roger Bastide, Orixás (1981) assinada por Pierre Verger e Mitologia dos Orixás (2001) de Reginaldo Prandi, autores que abordaram a ritualística candomblista sob diferentes óticas, porém são unânimes em afirmar a existência de especificidades no culto candomblista entre o fiel e o seu orixá, resultando na construção identitária desses filhos e filhas de santo. Essa miscelânea de ritos que tornou a fé nos orixás uma religião de matriz africana, mas genuinamente brasileira, teve terreno fértil para se desenvolver em nosso território e a partir desse contato com uma nova cultura fundamentada na religião cristã foi transformada e se construiu com características próprias, atraindo hoje praticantes em diversos setores da nossa sociedade, sendo uma das mais importantes religiões afro-brasileiras.

¹ Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e GERAJU, FE-UNB.

Desigualdade social, educação e literatura infantil: aspectos relevantes para um projeto de identidade étnico racial na escola

Lucilene Costa e Silva

O artigo aqui apresentado tem como elementos principais os estudos sobre a conexão existente entre currículo, cultura e a construção das identidades através do ensino da cultura africana e afro-brasileira e ainda evidenciar a riqueza de material pedagógico que constitui a literatura infantil que trata dos conhecimentos de África e dos afro-brasileiros. Estes elementos fazem parte da reflexão, ao longo do texto, por conterem em si a possibilidade de subsidiar a implementação da política de valorização da população negra dentro dos princípios que nortearam a mudança do artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que torna obrigatório o ensino de História da África e dos afro-brasileiros nos currículos da educação básica das redes pública e privada. Para a compreensão das exclusões às quais a população negra está submetida são apresentados alguns dados sobre as desigualdades no campo da economia e da educação, divididos pelas categorias negros e brancos. A abordagem sobre a legislação enfatiza o currículo escolar como um dos meios para a afirmação das identidades, reconstituição da história negada e distorcida sobre a formação social brasileira. Para esta ampliação na visão pedagógica dos atores educacionais, é evidenciado no trabalho a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Por fim, é apresentada a literatura infantil afro como possibilidade de subsídio para uma pedagogia que contemple a educação para as relações étnico-raciais por conter representações sociais positivas sobre o fenótipo negro e também por trazer elementos da cultura africana e afro-brasileira.

Movimento negro: a educação no contexto dos avanços após a marcha Zumbi dos Palmares

João Costa

O presente texto tem por objetivo principal fazer uma abordagem sobre os principais avanços do Movimento Negro brasileiro na área de educação a partir da realização da Marcha Zumbi dos Palmares, em Brasília - DF, em 1995. Explicita-se uma breve trajetória histórica subdividida em três fases: Movimento Negro Pré-Abolicionista (até 1888); Movimento Negro Pós-Abolicionista (até a década de 1970); Movimento Negro Atual; e a organização educacional interna desse movimento nas últimas décadas, como exemplo, o projeto “Experiências Educativas para Populações Negras”, do bloco carnavalesco Ilê Aiyê, com sede no bairro Curuzu-Liberdade em Salvador, no Estado da Bahia (BA). Com igual importância, presentifica-se o pensamento e conceito de autores negros e não negros renomados sobre as políticas públicas de ações afirmativas e algumas das principais demandas contidas nos marcos reivindicatórios do Movimento Negro brasileiro na luta contra as desigualdades sociais causadas ao longo dos séculos de escravidão e no pós-abolição. Consta também nessa abordagem a questão das políticas de ações afirmativas em nível Superior como ação reparadora do Estado no combate as desigualdades educacionais entre negros e não negros, concomitante a importância da universidade para a ascensão social dos negros; a aprovação no Congresso Nacional do Estatuto da Igualdade Racial como uma conquista da população negra brasileira e a realização em Brasília DF, 2005 da Marcha Zumbi +10 - Contra o Racismo e pela Vida, como reiteração das reivindicações feitas na Marcha supracitada em 1995.

As cotas raciais na universidade na opinião dos alunos cotistas

Márlei Afonso de Almeida e Maria da Glória Alves¹

Este artigo originou-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo e teve como objetivo, identificar a necessidade de implementação de políticas afirmativas que contemplem os cidadão negros (as), para que os mesmos tenham acesso aos espaços acadêmicos. Baseou-se na opinião dos alunos que ingressaram na Universidade de Brasília pelo sistema de políticas raciais sobre cotas para negros (as) na UNB. A pesquisa permitiu, ainda, saber se a experiência implementada pela Instituição de ensino superior está dando certo após seis anos de implementação. Ações afirmativas são políticas públicas que visam corrigir a discriminação racial praticada no passado. Constatou-se que os cursos de Letras, Pedagogia e História, são os mais procurados pelos alunos cotistas. Segundo a Coordenadora do Centro de Convivência Negra, isto se deve ao tempo de duração dos cursos, bem como os acessos ao mercado de trabalho que esses cursos oportunizam. Os dados pesquisados autorizam concluir que a iniciativa da Universidade de Brasília deu certo, porém, faz-se necessário que a UNB pense em uma política de permanência financeira para os alunos durante toda a duração do curso.

¹ Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF.

A diversidade na escola: como lidar com as relações étnico-raciais , de gênero e sexualidade?

Ana José Marques; Leila d’Arc de Souza
Márcia Lucindo Lajes¹

O estudo em pauta retrata, de forma pontual, a necessidade latente de se trabalhar na rede pública de ensino do Distrito Federal as temáticas da diversidade humana, com ênfase na educação para as relações étnico-raciais, para as questões de gênero e para a orientação sexual. A escola brasileira e, em especial a da rede pública do Distrito Federal, tem vivenciado a diversidade humana de forma conflituosa, o que nos parece estar na contramão do desenvolvimento das ciências sociais, pois, enquanto estas avançam para o reconhecimento da diversidade como uma riqueza para as relações humanas, a escola, por meio das relações aí constituídas tem excluído estudantes que não se enquadram nos padrões ditos “normais”. Neste artigo analisamos vários conflitos presentes nas escolas a partir de um levantamento feito junto aos profissionais das escolas públicas do DF que participaram do I Fórum de Diversidade da Rede Pública de Ensino do DF. Buscamos entender: Quais são os conflitos oriundos das relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidade mais frequentes na escola? Como a escola lida com estas situações? Vale dizer que os relatos sistematizados expressam a necessidade de construção de estratégias para solução destes conflitos que interferem diretamente na organização do trabalho pedagógico e na qualidade social da educação ofertada na escola pública. A análise dos dados obtidos aponta a necessidade de ampliação da formação continuada com vistas a atingir a todos (as) os (as) profissionais da educação pública. A formação teórica e

¹ Subsecretaria para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos - SEICDH/SEDF.

metodológica relacionada às temáticas em questão, pode oferecer importantes subsídios que concorram para uma educação inclusiva a partir da promoção da diversidade humana.

Demissão de docentes homossexuais em foco: mídia, homofobia e efeitos contraditórios da visibilidade

Cleverson O. Domingos¹

Este texto apresenta algumas considerações e análises de uma pesquisa, ainda em estágio inicial, que busca analisar os casos de demissão de docentes homossexuais publicados na internet. Para isso, realizou-se um levantamento preliminar das notícias por meio do Google. A ideia é compreender a homofobia institucional como uma prática invisível de gestão dos corpos que mantém as hierarquias sexuais e de gênero. O argumento desenvolvido é de que os casos de exoneração de professores homossexuais constituem uma estratégia de purificação e limpeza do espaço escolar, com objetivo não só de eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar, mas também de relembrar aos sujeitos da educação os padrões aceitáveis de gênero e sexualidade da cultura. As notícias indicam a necessidade de expansão do campo de estudos sobre a homofobia na escola, englobando não apenas alunos vistos como diferentes, mas também professores que compreendem ou vivem a sexualidade de forma não convencional. As notícias, de certa forma, constroem uma visibilidade que tem efeitos contraditórios. Muitas vezes os casos são desprezados como evidências, o que desestimula a investigação sobre essa realidade nos sistemas de ensino. Os resultados trazem um número pequeno de casos que envolvem mais professores gays. Como não são compreendidos como casos de homofobia, insistem em ser relacionados apenas a motivos administrativos e pedagógicos. Embora o posicionamento da justiça assim como da população possa ser considerar a postura correta da escola, o Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo pediu julgamento de procedência a favor de um docente.

¹ Universidade de Brasília - UnB e Universidade Federal do Goiás - UFG.

Aplicabilidade da Lei 11.645/08: desafios e possibilidades no contexto da escola pública

Mírian Daniela Andrade, Fernanda Penna Baptista e
Emanuella Monteiro¹

A cultura africana e indígena contribuiu na formação histórica do povo brasileiro. Esses povos foram e são parte de nossa identidade. Com o surgimento da lei 11.645/08, que vem garantir uma educação para a diversidade, nasce à esperança de se construir uma sociedade mais justa e mais igual por meio da educação. A proposta deste estudo é analisar a aplicabilidade da lei 11.645/08 na ação pedagógica dos professores de Artes, História e Literatura. Pretende-se investigar como a cultura africana e indígena é incluída na ação pedagógica desses professores a fim de garantir uma educação para a diversidade. O objetivo da pesquisa busca analisar a aplicabilidade da lei 11.645/08 na ação pedagógica dos professores de Artes, História e Literatura no contexto da escola de ensino fundamental – séries finais da rede pública de ensino do Distrito Federal. Esta pesquisa tem caráter qualitativo e, portanto, a técnica utilizada para coleta dos dados será a entrevista semi-estruturada, tomando como objeto de pesquisa a ação pedagógica dos professores de Artes, História e Literatura do ensino fundamental - séries finais da rede pública de ensino do Distrito federal. Os dados serão analisados utilizando a estratégia de Análise de Discurso.

¹ Faculdade Juscelino Kubitschek.

Implementação da Lei 10.639/03 na Escola Quilombola do Mesquita

Ellen Regina Damasceno Batista

Este estudo analisou a implementação da Lei 10.639/03 na escola de ensino fundamental Aleixo Pereira Braga I – localizada na Comunidade Quilombola do Mesquita, Cidade Ocidental-GO. Como referencial teórico, o estudo traz uma reflexão sobre o racismo no Brasil e nas escolas. Ademais apresenta as políticas afirmativas da identidade negra surgidas nos últimos anos. Utilizou-se a pesquisa qualitativa como forma de identificar as ações de implementação da Lei 10.639/03. Para tanto, os instrumentos utilizados foram: questionário, observação e análise documental. Responderam ao questionário sete professoras. Os resultados foram interpretados e organizados em duas categorias: a) Presença do racismo na escola; b) Ações para implementação da Lei 10.639/03. Percebe-se unanimidade na afirmação de que há racismo na sociedade brasileira e nas escolas. O racismo na escola é claramente percebido mediante uma violência simbólica e concreta, materializada em provocações, ofensas verbais, etc. As ações pedagógicas desenvolvidas para implementação da Lei 10.639/03 são ainda insatisfatórias e as poucas que ocorrem partem de algumas professoras, isoladamente. As principais dificuldades apontadas para a implementação da lei de forma mais ativa são as faltas de um diálogo mais intenso nas reuniões pedagógicas sobre a lei, de material didático, de divulgação de cursos pelos órgãos municipais e estaduais competentes e de apoio do município, principalmente, da Secretaria de Educação da Cidade Ocidental-GO. Verifica-se, portanto, a necessidade do comprometimento da gestão da escola com um projeto político pedagógico voltado para a educação das relações étnico-raciais bem como a adesão de todos os professores para elaboração, em quantidade e qualidade, de novas ações pedagógicas condizentes com a Lei 10.639/03. Ressalta-se ainda a fundamental importância do apoio do Estado a escola nesse processo de implementação da Lei 10.639/03.

EIXO 4:

POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL



Comitês estaduais de educação em direitos humanos no Brasil: desafios e perspectivas

Nair Heloisa Bicalho¹

O Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), proposto pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), com amplo debate junto à sociedade civil e representantes de órgãos públicos foi implementado a partir de 2003 no Brasil pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República. Uma das principais iniciativas desta política pública foi a criação dos Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos (CEEDH) em todas as regiões do país. Este trabalho é o resultado de uma avaliação preliminar dos CEEDH implementada pela Secretaria de Direitos Humanos por iniciativa do CNEDH. A proposta é analisar o processo de implementação dos CEEDH no período 2008-2009, tendo em vista conhecer: a) as características, atividades, recursos, dificuldades, estratégias, avanços, perspectivas e passos para o processo de institucionalização dos CEEDH; b) os principais atores envolvidos: parcerias e contribuições aos CEEDH; c) papel das universidades públicas federais no processo de implementação dos CEEDH; d) contribuições do CNEDH aos CEEDH.

¹ Universidade de Brasília - UnB.

A educação em direitos humanos no Distrito Federal: conquistas e desafios

Adriana Miranda e Maraísa Lessa¹

Apesquisa, realizada por meio de fontes primárias, apresenta a trajetória da educação em direitos humanos na rede pública de ensino do Distrito Federal. Para tanto, apresenta as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, a proposta da Secretaria de Educação do DF para a educação básica, bem como as ações, os resultados e os desafios identificados até o momento.

¹ Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos / Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Global perspectives and challenges for human rights education Kirchschräger

Peter G. Kirchschräger¹

In our complex and continuously changing world, citizenship and social movements are gaining a growing importance in different contexts on a global level. Human rights can serve as a reference point to reflect about citizenship and social movements. This allows a focus which can be legitimated by the universality of human rights and by their high recognition. Furthermore human rights education as directly corresponding educational approach is an emergent field of educational theory and practice and of actual relevance, not only because of the Second Phase of the UN World Programme for Human Rights Education and the forthcoming UN Declaration on Human Rights Education and Training. 1 Human rights education is of essential significance for the prevention of human rights abuses and the promotion of the implementation of human rights. This paper discusses perspectives and challenges of educational policy, citizenship and social movements at the example of human rights education. It suggests future directions for policy, practice and research in the area of human rights education. These suggestions are based on an attempt of a critical overview of recent policy studies, of actual developments in human rights education and of some of the available research on human rights education. This attempt of an overview of the status quo of policy, practice and research is confronted with the idea of human rights education (e. g. the formal definition of human rights education promulgated by the Office of the UN High Commissioner for Human Rights). The differences between the “idea” of human rights education and the “reality” will be the starting point for the development

¹ Centre of Human Rights Education University of Teacher Education, Lucerne, Switzerland.

of the suggestions of future directions. Based on the discussion of the differences between “idea” and “reality” of human rights education, the author proposes that future policy should focus on guidance at the national and local policy level in relation to human rights education and on closing the gap between existing materials and their use and the implementation of human rights education in different contexts. Regarding future practice the author suggests the integration in human rights education programs of study visits of human rights institutions and of meetings with human rights defenders as living examples of the human rights tradition and the inclusion of the service learning-approach into human rights education to enhance the practice-orientation of human rights education. Future research might concentrate more fully on impact-related evaluations.

EIXO 5:

POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Ambientes alternativos de vivência e aprendizagem

Luiz Síveres, Lucicleide Araújo e
Carla Cristie França¹

Este artigo apresenta, no contexto atual, ambientes alternativos como possibilidades de experiências de vida e aprendizagem. A vivência que enfatizaremos é fruto do projeto “Água, fonte de aprendizagem”, desenvolvido em espaço alternativo de ensino e aprendizagem. A experiência suscita sensibilidade para com os saberes propiciados pela natureza e leva estudantes de graduação do primeiro semestre da disciplina “Introdução a Educação Superior” de uma instituição de Ensino Superior do Distrito Federal a refletirem sobre possível aprendizado em contextos alternativos - para além do espaço tradicional da sala de aula. O encontro do sujeito com a natureza, com o outro e consigo permite olhares diferentes dos antes conhecidos pelos sujeitos/aprendizes em relação ao próprio processo de construção e reconstrução de conhecimentos. Configura-se momento dinâmico de ensino e aprendizagem entrelaçado pelas dimensões cognitivas, emocionais e, sobretudo, espirituais.

¹ Universidade Católica de Brasília - UCB.

As matrizes ecopedagógicas e a educação do campo – uma abordagem possível e necessária

Henrique Rodrigues Torres¹

O presente *paper* busca apresentar as matrizes ecopedagógicas como um instrumento importante e necessário para as escolas de áreas rurais promoverem uma educação ambiental interessante e envolvente. Por meio de pesquisa bibliográfica e de entrevistas aplicadas em representantes das escolas rurais no Distrito Federal, o trabalho disserta sobre a necessidade de se buscar um instrumento que garanta os direitos do homem no campo, que tenha o papel de repassar tecnologias a grupos distantes das academias e resignificar as relações humanas e do ser humano com a natureza. Conclui demonstrando os dados obtidos nas entrevistas e expondo as matrizes ecopedagógicas como instrumentos pedagógicos possíveis de explorar as fartas possibilidades do meio ambiente dos espaços rurais em prol da educação, da cidadania e da sustentabilidade.

¹ Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos
Subsecretaria de Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF.

Mithos e logos: diálogos contemporâneos em torno da água

Luciana Bonfim¹

O pensamento mitológico está em constante diálogo com o pensamento racional, direcionando e interferindo nas relações da sociedade com o meio ambiente. O vínculo da humanidade com a água criou ricas imagens simbólicas que compõem a história da consciência e ainda permeiam o pensamento e as atitudes humanas. As águas estão associadas tanto a pureza e as dádivas, quanto aos temores e punições. A mitologia da água revela como foram interpretadas a criação da vida, e todas as potencialidades advindas das águas, seja por meio das águas subterrâneas, ou pelas águas das chuvas. A água é ainda o veículo onde ocorrem oferendas e ritos de purificação, como o próprio batismo. Os mitos dialogam com a ciência, ora encontrando ideias similares, ora repelindo-se. No mesmo sentido, são criados neomitos, que embora utilizem o simbólico do mito perdem sua capacidade interpretativa e racionalidade própria, limitando o entendimento da dinâmica da sociedade e sua relação com o meio. Incluir a questão mitológica na discussão dos aspectos relevantes à educação e gestão ambiental pode contribuir para a compreensão dos movimentos e interesses dos diversos grupos sociais. Morin propõe uma razão aberta que possa incluir os excessos e as carências de ambos os pensamentos, que considere a presença do antro-po-cosmo/morfismo e a história da consciência humana. Neste trabalho também são apresentados diálogos *mithos logos*, com a participação de sujeitos, que apresentando suas idéias, representações dissolvidas na racionalidade e volatilizadas no pensamento simbólico, revelam os vínculos que estabelecem com a água, suas experiências mais cotidianas e marcantes e seus significados.

¹ Universidade de Brasília - UnB.

Políticas ambientais, desenvolvimento sustentável e a sociedade pós-moderna

Carlos Francisco da Silva e
Elisângela de Andrade Aoyama¹

Este trabalho busca compreender a complexidade dos conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade a luz do pensamento de pesquisadores como Richard Falk (1995), Speth & Haas (2006), Debraj Ray (2002), Veiga (2006), Rao (2000), Leff (2007) entre outros. Analisa as interpretações desses conceitos no contexto da sociedade atual e a necessidade urgente da construção de um consenso entre crescimento econômico e desenvolvimento humano. Utilizando como metodologia a análise documental de artigos e compêndios dos autores supracitados, esta pesquisa faz ainda uma reflexão sobre o papel da educação na construção de um novo saber ambiental e a viabilização de uma governança global, capaz de implantar e implementar políticas públicas educacionais e ambientais que contribuam de forma significativa no desenvolvimento humano e econômico. Avaliando os anseios de uma sociedade pós moderna, a degradação do meio ambiente e as políticas neoliberais, busca-se pensar em caminhos alternativos que conduza a um desenvolvimento sustentável, tendo como principal veículo a educação ambiental tanto na sua vertente formal como informal. Crescer sem destruir esse é o grande dilema, cuja resposta pode ser uma retomada dos princípios propostos pela Conferência de Tbilisi em 1977, no que diz respeito a uma nova postura ética da sociedade e dos governantes em relação às questões ambientais e equidade social e uma visão de mundo como um sistema complexo, cujas soluções das demandas devem surgir de um pensamento sistêmico e arrojado, resultado de uma reformulação do saber e

¹ Universidade Católica de Brasília -UCB.

de uma reconstituição do conhecimento. Estruturar o mundo para as gerações futuras requer antes de tudo uma mudança de atitude imediata e isso exige que a educação ambiental seja um agente de uma mudança sociocultural, transformando a visão antropocêntrica da sociedade em uma visão sistêmica.

A educação ambiental e a formação de professores em ciências - um caminho para o desenvolvimento sustentável

Fernando Barcellos Razuck¹

Renata Cardoso de Sá Ribeiro Razuck²

Dentre as diversas disciplinas integrantes do currículo do ensino de Ciências, a educação ambiental (EA) está também inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que constituem os referenciais para a qualidade da educação, mostrando sua relevância no âmbito educativo e conseqüente importância na formação cidadã. Apesar disso, historicamente, o ensino de Ciências no Ensino Fundamental é, muito recente no Brasil e, até hoje, apresenta certa carência com relação à formação de licenciados em Ciências Naturais para atuar na Educação Básica. Entretanto, nos últimos anos observou-se o surgimento, em diversas universidades públicas, de cursos de Licenciaturas não só especificamente para área do ensino de Ciências, como também nas diversas disciplinas que fazem parte do seu currículo, como Química, Física e Biologia. Este trabalho visa então discutir de que maneira pode-se atrelar à estrutura curricular de um curso de Licenciatura em Ciências Naturais questões relativas à sustentabilidade e suas implicações sociais, temas estes pertencentes à ementa de disciplinas diretamente ou indiretamente relacionadas com a educação ambiental. Além disso, pretendeu-se verificar de que maneira a inclusão de tais questões também podem subsidiar as necessidades cada vez mais presentes na formação de professores de Ensino de Ciências visando um processo educativo com maior significância social/ambiental. Foi realizada então uma pesquisa Qualitativa com os

¹ CAPES/Universidade de Brasília -UnB.

² Universidade de Brasília -UnB.

alunos pertencentes à última disciplina de estágio, do curso de Licenciatura em Ciências Naturais. Nessa disciplina os alunos foram estimulados a trabalhar com oficinas pedagógicas que envolvessem temas ambientais e que estivessem atrelados aos conteúdos trabalhados nas escolas. Entende-se que, com esse enfoque na formação, a EA pode ser uma importante ferramenta para o ensino de Ciências na perspectiva da formação cidadã.

School gardens: opening a field of possibility for environmental thinking

Liliane Dionne¹

Given the rise in popularity of school gardens since Michelle Obama started promoting this educational tool, this communication will discuss our inquiry on what school gardens can offer for environmental education. Using multiple databases, we have identified articles published in or after 2006 on the use of school gardens at the elementary and secondary levels of education. To determine what they say about environmental education, we have performed a content analysis of these articles based on the UNESCO's (1977) three dimensions of environmental education: education *about*, *through* and *for* the environment. We have also examined what these studies mentioned about critical thinking for sustainability. These studies addressed three topics regarding school gardens. One of these topics was the emergence, at the end of 18th century, of school gardens to teach notably nature studies (e.g. Kohlstedt, 2008). Another group of studies enumerated various effects to which school gardens can give rise, effects including changes in students' knowledge, behaviour and attitudes in relation to gardening, nutrition, sciences and environmental awareness (e.g. Skelly & Bradley, 2007). A third group of articles described various activities that educators have carried out to incorporate in school gardening activities elements of curricula such as experiments in sciences and measurements in mathematics (e.g. Ruiz, 2009). When analyzing these articles, we found extensive information about education *through* the environment, for instance, possibilities to teach about science in the environment of school gardens. However, we were concerned

¹ University of Ottawa - Canadá.

with the lack of information on possibilities for education *about* and *for* the environment aside from isolated of teaching about plants and about how to take care of plants. While such possibilities exist such as teaching about pesticides, organic food and composting, we concluded that school gardens can significantly contribute to environmental education, though we are calling for more studies on this topic to assist practitioners.

Developing a sino-canadian partnership on environmental education

Jeff Scott¹

This Social Sciences and Humanities Research Council (SSHRC) funded project involves collaboration between Canada (Nipissing University and University of Ottawa) and China (Guangxi University) for developing and implementing solutions for environmental problems in both countries. Our goals are: 1. investigate and learn about common environmental problems that are affecting both China and Canada; 2. increase participants' awareness about the importance of protecting the environment, both locally and globally, and 3. involve participants in developing and implementing action plans for goal 2. During the two-week on-site visits to the Sino-Canadian International College at Guangxi University and two local schools (Junwu Primary School and the 36th Middle School) the research team helped design lesson plans, teaching and learning strategies, activities, and projects for teachers and professors on environmental education. In doing so, we wanted to collaboratively provide teachers and students with the necessary tools to establish an integrated environmental education program with a “*glocal*” perspective on current environmental problems. The culminating event was a one-day environment fair, where teachers and students showcased the results of their work to the press and community members.

¹ University in North Bay, Ontario - Canadá.

 EIXO 6:

**POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL, SOCIEDADE
E JUVENTUDE**



Empresariado e a questão social

Mário Luiz de Souza¹

Este artigo tem por objetivo apresentar os dados e as reflexões finais da pesquisa para conclusão do curso de doutorado, na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, referente ao projeto de educação escolar presente nos artigos do empresariado industrial, publicados no jornal *Folha de São Paulo* no período do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e do primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), sob o prisma do embate aos problemas sociais que marcam a sociedade brasileira. Tendo como pressuposto teórico e metodológico a matriz marxista, em especial o pensamento de Antonio Gramsci, neste trabalho, parte-se da hipótese de que os artigos dos empresários são instrumentos políticos onde seus autores, atuando como intelectuais orgânicos, buscam criar um consenso ativo, na sociedade civil e na sociedade política, tentando colocar as idéias, as propostas e as demandas da classe e fração de classe que representam, como elementos norteadores da agenda das políticas públicas e dos movimentos sociais voltados para os embates dos históricos problemas sociais do nosso país. Nesse sentido, esse artigo analisa o papel e os princípios da educação escolar presentes no projeto societário do empresariado industrial, difundido na *Folha*, demonstrando sua função na configuração e tentativa de conformação de uma proposta para o enfrentamento das questões sociais na sociedade brasileira.

¹ CETEC/RJ.



Consumo, espetáculo e violência nas escolas públicas do Distrito Federal

Diogo Acioli Lima¹

Este estudo de casos múltiplos analisou cinco escolas públicas do Distrito Federal, com elevado grau de práticas de violências, tanto institucionais, como entre os atores e contra os estabelecimentos. O presente trabalho focaliza a atuação de grupos de estudantes dos anos finais do ensino fundamental e as relações de violência ligadas ao consumismo desenfreado e a espetacularização da mesma, tendo como um de seus pilares a influência da mídia em geral, de modo a identificar a escola como possível local de produção de violência. Neste sentido, verificou-se uma liquidez nos conceitos ligados a violência, onde as influências midiáticas impostas aos jovens e suas famílias podem conduzir muitos estudantes a ligar o ato de consumir a um ato moral. Sob esta óptica a subjetividade do outro sofre interferências ao tentar ser compreendida como objeto, o trabalho de alteridade e ultrapassamento do ser ficam engessados e o outro se objetifica. A partir desta perspectiva, o consumo de pessoas e comportamentos pode justificar qualquer atitude violenta, pois são vistos de forma constante, banalizada, espetacularizada e muitas vezes com um teor ético positivo em grande parte da mídia que influencia o comportamento dos discentes. Com isso, as violências podem se mostrar veículos de integração grupal e um meio de alcançar status mais elevado, para aqueles que praticam.

¹ Universidade Católica de Brasília - UCB.

Formação e atuação do educador social no Brasil

Luciano Cardoso

Este *paper* trata da questão inerente à formação e à atuação do educador social no Brasil. É sabido que muitas pessoas, movidas apenas pela boa vontade e pelo nobre sentimento de solidariedade, se intitulam “educador social” sem jamais terem participado de qualquer qualificação para tal. Não existe, no Brasil, sequer um Curso de Graduação em Pedagogia Social ou nomenclatura similar. Os cursos de especialização em Pedagogia Social começam a surgir, mas, de forma bastante tímida. Para um futuro curso de graduação em pedagogia social, tendo como base o curso oferecido pela Universidade Salesiana de Roma, propõe-se uma matriz curricular que contemple conteúdos pedagógicos, psicológicos, humanísticos, sociológicos, jurídicos e técnicas de animação cultural. A Universidade Católica de Brasília, a Universidade de São Paulo - USP, a Universidade Federal do Paraná e a Universidade de Campinas – UNICAMP, destacam-se na promoção do desenvolvimento da pedagogia social brasileira. Porém, mais preocupante que a inexistência de cursos destinados à formação do educador social é a constatação de que o poder público brasileiro não demonstra a menor preocupação com esta realidade, o que, felizmente, não impede o florescimento de uma pedagogia social viva. Com relação à atuação do educador social, que geralmente trabalha com a educação de adultos, de adolescentes em situação de vulnerabilidade, de toxicodependentes, de jovens em situação de extrema pobreza material, excluídos socialmente e vítimas da desagregação familiar, não há sequer um levantamento das reais condições de trabalho. Um verdadeiro educador social, para atuar de forma efetiva, deve estar devidamente titulado e qualificado para promover ações de cunho socioeducativo.

Contribuições do método documentário para a compreensão do processo de inclusão escolar de jovens com deficiência no ensino médio: um estudo do caso do Estado de Goiás

Sinara Zardo

O presente artigo tem como objetivo compreender o processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino médio, no sistema de ensino do Estado de Goiás, considerando a implementação das políticas públicas que orientam a participação destes alunos em escolas comuns do ensino regular e que ampliam o período de escolarização de quatro a dezessete anos, tornando o ensino médio etapa obrigatória, conforme Emenda Constitucional nº 59/2009. Tem como base os fundamentos da pesquisa qualitativa, a partir dos princípios do interacionismo simbólico e da etnometodologia, e utiliza o método documentário desenvolvido com base na teoria mannheimiana, aperfeiçoado posteriormente por Bohnsack e Weller (2010). Como instrumento de coleta de dados fez-se uso de entrevista narrativa realizada com o gestor responsável pela área da educação especial no referido Estado. Como resultados, pode-se evidenciar que a história de vida do gestor foi interferente nas suas atuações profissionais e no seu entendimento sobre educação inclusiva, levando-o a implementar ações de apoio ao sistema de ensino para a inclusão escolar de alunos com deficiência no ensino médio, a exemplo da organização de uma Rede de Apoio à Inclusão Escolar no Estado de Goiás e a preocupar-se com a formação docente. Embora desde 2003 o sistema de ensino efetive a inclusão escolar de alunos com deficiência, é evidenciado que a concepção de piedade e caridade ainda são sentimentos vinculados a estes sujeitos. A narrativa do

gestor leva à compreensão de que a convivência com pessoas com deficiência seria a alternativa para a mudança de uma cultura social preconceituosa.

Peculiaridades das violências no contexto escolar do DF: quem são os estudantes vitimados?

Renata Passos Martins¹

Em pleno século XXI, as violências estão a ocorrer de forma cada vez mais frequente e intensa no ambiente escolar, fazendo vítima os diferentes atores. O trabalho aqui apresentado é parte de uma pesquisa realizada, em 2008, pela Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade da UCB em investigação para o Ministério Público do Distrito Federal, com o qual mantém parceria. O objetivo deste artigo foi traçar o perfil dos estudantes-vítimas, a fim de se compreender o fenômeno da violência escolar. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa que envolveu uma amostra de 1004 pessoas, entre eles estudantes, professores, gestores, policiais e membros do conselho de segurança de cinco escolas públicas do ensino fundamental. Entretanto, aqui se optou por explorar os dados quantitativos que foram analisados por meio do *Software* SPSS. Os resultados obtidos corroboraram boa parte da Literatura (Olweus, 1998; Neves; Viana, 2006; Carra, 2009; Sebastião, 2010), evidenciando em elevado percentual que os estudantes são vítimas das mais variadas ocorrências de violências, sendo as mais comuns as ameaças (50,9%), brincadeiras de mau gosto (45,7%), agressão verbal e física (42,6%) e roubos e furtos (31,8%). Analisando melhor o perfil das vítimas, verificou-se que a faixa etária mais atingida está entre os 13 a 15 anos e esta condição diminui à medida que a idade aumenta. E no que se refere à série, identificaram-se como maiores vítimas os estudantes da 7ª série e aceleração da aprendizagem. Já em relação ao sexo, embora os meninos também sejam atingidos, as meninas se destacam como maiores alvos. Contudo, verificaram-se, a partir das escolas pesquisadas, que para essas evidências

¹ Curso de Pedagogia da Universidade Católica de Brasília - UCB.

nem sempre estão atentos os gestores e equipe que estão a adotar medidas por ensaio e erro. Concluiu-se, pois que levantamentos desta natureza são fundamentais para adoção de medidas mais efetivas no trabalho de superação das violências escolares.

Peculiaridades das violências no contexto escolar do DF: quem são os estudantes agressores?

Thiago Climbiê Ramos de Souza¹

Este trabalho tem como objetivo identificar a ocorrência nas escolas no contexto de cidades satélites de Brasília, a partir de informações dos estudantes. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, aqui priorizada a dimensão quantitativa, que reuniu uma amostra de 1004 pessoas da comunidade escolar de cinco escolas públicas do DF, tendo sido utilizado questionários, entrevistas e grupos focais como instrumentos de coleta de dados. O mesmo é um recorte de uma pesquisa maior solicitada pelo Ministério Público do DF à Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília sobre segurança escolar e realizada em 2008. Ela gerou muitas informações e tem oportunizado a elaboração de análises para vários trabalhos acadêmicos. Os dados foram analisados por meio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Como referenciais teóricos foram cotejadas pesquisas nacionais e internacionais como Ficher (2010), Lira (2010), Gomes (2009), Neves; Viana (2006) Olweus (1998) e outros. Os resultados revelaram que dentre as violências citadas como praticadas, destacam-se as brincadeiras de mau gosto (26,8%), as brigas (20,4%) e as agressões verbais (19,9%). Há divergências de autoria quando comparado os sexos, 73,0% dos meninos declaram a prática de agressões, já com as meninas as afirmações da mesma prática é de apenas 27,0%. Dentre as brincadeiras de mau gosto e as ameaças há uma diferença de 6,0% a 16,0% entre os sexos, tendo os meninos maior autoria. As meninas usam mais armas brancas (52,2%), enquanto os meninos usam mais armas de fogo (78,6%). Quanto à faixa etária, os principais

¹ Universidade Católica de Brasília - UCB.

agressores têm entre 13 e 15 anos. A pesquisa revelou dados que podem subsidiar reflexões a fim de encontrar metodologias e formas de intervenção que possam minimizar as ocorrências de violências nas escolas e subsidiar políticas públicas.

Peculiaridades das violências no contexto escolar do DF: um olhar a partir das relações de gênero

Mariana de Araújo Lopes¹

Este trabalho visa identificar a ocorrência de violências nas escolas no contexto de cidades satélites de Brasília, a partir de informações dos estudantes. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, aqui priorizada a dimensão quantitativa, que reuniu uma amostra de 1004 pessoas da comunidade escolar de cinco escolas públicas do DF, tendo sido utilizado questionários, entrevistas e grupos focais como instrumentos de coleta de dados. O trabalho é um recorte de uma pesquisa maior solicitada pelo Ministério Público do DF à Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília sobre segurança escolar e realizada em 2008. Os dados foram analisados por meio do software *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*. Foram cotejadas pesquisas nacionais e internacionais como Ficher (2010), Lira (2010), Gomes (2009), Neves; Viana (2006) Olweus (1998) entre outras. A análise dos dados, no quesito sobre autoria de práticas violentas, revela que 73% dos meninos declaram atos de agressões físicas e, apenas, 27% de meninas fizeram a mesma afirmação. Outras violências, como o uso de armas de fogo (78,6%), drogas ilícitas (80,0%) e brigas (77,3%) são práticas com maior participação do sexo masculino. Entretanto os atos de vandalismo (52,8%) e uso de armas brancas (52,2%) foram mais frequentes no sexo feminino. A variação de vitimação por gênero foi classificada com percentuais elevados e semelhantes. Tanto meninas (54,5%), quanto meninos (54,3%) afirmam terem sido vítimas de roubos ou furtos (56,0%), discriminação por etnia ou gênero (57,0%) e ação de gangues (59,4%). Punições como

¹ Universidade Católica de Brasília - UCB.

perder ponto (64,7%), ser encaminhado ao conselho tutelar (76,2%) e ser mandado de volta para casa foram sofridas mais pelos meninos. A pesquisa pode subsidiar reflexões a fim de elaborar metodologias e formas de intervenção que possam minimizar as ocorrências de violências nas escolas e subsidiar políticas públicas que considerem as relações de gênero.

 ANEXO

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO



SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM POLÍTICA E GOVERNANÇA EDUCACIONAL
PARA A CIDADANIA, DIVERSIDADE, DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE

02 a 06 de Agosto de 2011

Local: Fundação Universa - SGAN 609 Módulo A - L2 Norte

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

02, 03 e 06 de agosto de 2011 – Fórum de discussão *On-line*

04 e 05 de agosto de 2011 – Carga horária presencial

DIA 04 DE AGOSTO

HORÁRIO	ATIVIDADES
7h30 – 8h20	Credenciamento e Café da manhã
8h20- 8h50	<p>Abertura :</p> <p>Prof. Dr. Cícero Ivan Ferreira Gontijo, reitor da Universidade Católica de Brasília Prof. Dr. Ruy de Araújo Caldas, pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UCB Prof. Dr. Afonso Celso Tanus Galvão, diretor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB Prof^ª Msc. Gícia de Cássia Martinichen Falcão, subsecretária para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal</p>
8h50 – 9h	Apresentação Cultural – Álvaro Tucano (Etnia Tucano)
9h – 10h30	<p>Mesa redonda: <i>Política e Governança Educacional: perspectivas globais diante da cidadania e do desenvolvimento social</i></p> <p><i>Dr. Ali Abdí (UofA - Canadá) – A Política educacional em tempos de globalização neoliberal: desafios para o desenvolvimento social</i></p> <p><i>Dra. Maria Abadia da Silva (UnB - Brasil) – A influência dos organismos internacionais e da sociedade civil na política educacional brasileira</i></p> <p><i>Dra. Lynette Shultz (UofA- Canadá) – Governança Educacional, cidadania global e novos atores da política educacional</i></p> <p><i>Dr. José Manoel Pires Alves (Fundação Universa e UCB) – Governança educacional e gestão escolar: o público e o privado diante do papel social da educação</i></p> <p><i>Moderadora: Dra. Ranilce Guimaraes-Iosif (UCB)</i></p>
10h30 – 11h	Debate
11h -11h20	Apresentação Cultural: <i>Grupo de Capoeira Sol Nascente – (Mestrando Mancha)</i>

HORÁRIO	ATIVIDADES
11h20 – 12h	<p>Apresentação de poster</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Rafaela Nunes Marques</i> (UCB)- Escolas bem-sucedidas: quem são, como são, por que são? Um estudo de caso de escolas públicas do Distrito Federal 2. <i>Renata Passos</i> (UCB) - Peculiaridades das violências no contexto escolar do DF: quem são os estudantes vitimados? 3. <i>Thiago Climbiê Ramos de Souza</i> (UCB) - Peculiaridades das violências no contexto escolar do DF: quem são os estudantes agressores? 4. <i>Mariana Lopes</i> - Peculiaridades das violências no contexto escolar do DF: um olhar a partir das relações de gênero. 5. <i>Mírian Daniela Andrade, Fernanda Penna Baptista e Emanuella Monteiro</i> (Faculdade JK). Aplicabilidade da lei 11.645/08: desafios e possibilidades no contexto da escola pública 6. <i>Cleverson O. Domingos</i> - Demissão de docentes homossexuais em foco: mídia, homofobia e efeitos contraditórios da visibilidade 7. <i>Reva Joshee, Karen Pashby, and Leigh-Anne Ingram</i> - Discovering, recovering and covering-up Canada: tracing historical citizenship discourses in contemporary Canadian educational policy documents 8. <i>Jeff Scott</i> - Developing a sino-canadian partnership on environmental education 9. <i>Liliane Dionne</i> - School gardens: opening a field of possibility for environmental thinking 10. <i>Cecília Alves and Mark Gierl</i> (UoA, Canadá) - Who is going to taste the soup?: the importance of formative assessments in educational policies 11. <i>Marc-Alexandre Prud'homme</i> (UOttawa, Canadá)- Conflict resolution in a free school: potential for citizenship education 12. <i>Ellen Regina Damasceno Batista</i> - Implementação da Lei 10.639/03 na Escola Quilombola do Mesquita
13h30 – 13h40	<p>Apresentação Cultural: Dança Cigana – Marlete Calin (Etnia Calon)</p>
13h40 – 15h10	<p>Mesa Redonda: <i>Educação, Direitos Humanos e Meio Ambiente: desafios e perspectivas políticas, sociais e educacionais</i></p> <p><i>Dra. Lucia Camini</i> (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República) – A política de educação em e para os direitos humanos no Brasil: o que se espera da escola?</p> <p><i>Dra. Cleomar Souza Manhas</i> (INESC) – A luta pelo direito à educação no Brasil e os desafios da educação popular</p> <p><i>Dra. Rachel Trajber</i> (Instituto Marina Silva) – A política de educação ambiental e a importância da gestão diante da sua implantação na escola</p> <p><i>Dr. Giuliano Pagy Felipe dos Reis</i> (UOttawa, Canadá) – A gestão na promoção da educação ambiental e inclusão social em comunidades marginalizadas</p> <p><i>Moderador: Dra. Leila Maria d'Ajuda Bijus</i> (UCB)</p>
15h10 – 15h45	<p>Debate</p>
15h45- 16h	<p>Coffee Break</p>

16h -18h	<p>Comunicação Oral</p> <p>Auditório Kubitschek 1: Novos Enfoques da Gestão Educacional <i>Fonte de Lima Junior e Katia de Jesus Amin Athayde de Figueiredo (UnB)</i> - Políticas Públicas e Gestão do Ensino Médio Público no Distrito Federal: A formação Continuada de Professores na Perspectiva de Organismos Multilaterais <i>Fábio de Brito Gontijo</i> - Gestão em TI: Ferramenta de suporte para a Educação a Distância <i>José Otávio da Silva</i> - Gestão Democrática na Escola <i>Eliane Fernandes Limão</i> - As Competências do Gestor Escolar no Entorno Sul do Distrito Federal Moderadora: <i>Magali Machado</i></p> <p>Auditório Kubitschek 2 – Educação, Cidadania Democrática e Neoliberalismo (Presença de Tradutor) <i>Gaysu R Arvind</i> – Deliberative Democracy, People’s Agency and Education: A Case of Dialogic Transformation of School System <i>Aline Leal Goncalvez</i> - A Cidadania na Educação Infantil: perspectivas políticas e pedagógicas <i>Véronica Caparas</i> (UofA, Canadá) – Back to the cave: Cold, hungry and cruel? An epithet for the World Bank’s neoliberal economy project <i>Gleice Paixão e Aline Veiga</i> (UCB)- A Gestão focada na Inclusão: escola aberta para a diversidade Moderador: <i>Francisco Roberto dos Santos</i></p> <p>Anfiteatro Cinevídeo – Educação Superior e Promoção da Cidadania <i>Isabela Cristina Marins Braga</i> (UCB) - A Cidadania Docente na Educação Superior <i>Martha Paiva Scárdua</i> (UCB) - Introdução à Educação Superior: política de inclusão e permanência na universidade <i>Renato Sérgio Borges</i> (UCB) – Acessibilidade e expansão do Ensino Superior no Brasil: os impactos do ordenamento legal e das variáveis sócio-econômicas sobre a educação superior no país <i>Olmira Dassoler</i> (UCB) - Desafios para uma Educação Católica na Construção da Cidadania Moderador: <i>Olzeni Costa Ribeiro</i></p> <p>Anfiteatro Banco BVA – Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável <i>Luciana Bonfim</i> - Mithos e Logos: Diálogos Contemporâneos em torno da água <i>Carlos Francisco e Elizângela de Andrade Aoyama</i> - Políticas Ambientais, Desenvolvimento Sustentável e a Sociedade Pós-Moderna <i>Fernando Razuck e Renata Cardoso de Sá Ribeiro Razuck, Fernando Barcellos Razuck</i> - A Educação Ambiental e a Formação de Professores em Ciências - um caminho para o desenvolvimento sustentável <i>Luiz Siveres, Lucicleide Araujo e Carla Cristie Franca</i> - Ambientes alternativos de Vivencia e Aprendizagem Moderador: <i>Renato de Oliveira Brito</i></p> <p>Anfiteatro Universa 1 – Educação e Diversidade Étnico-racial <i>Francisco Thiago Silva</i> - Candomblé Iorubá: a relação do homem com seu orixá pessoal <i>Lucilene Costa e Silva</i> - Desigualdade social, educação e literatura infantil: aspectos relevantes para um projeto de identidade étnico-racial na escola <i>João Costa Lima</i> - Movimento Negro: A Educação no Contexto dos avanços após a Marcha Zumbi dos Palmares <i>Ana José Marques; Leila d’Arc de Souza; Márcia Lucindo Lajes</i> - A Diversidade na escola: Como lidar com as relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade? Moderador: <i>Mírian Daniela Andrade</i></p>
----------	--

DIA 05 DE AGOSTO

HORÁRIO	ATIVIDADES
7h45- 8h20	Café da manhã
8h20 – 8h30	Apresentação Cultural: <i>Grupo de Hip Hop Rota Brasil</i>
8h30 – 10h	<p>Mesa redonda: <i>Políticas Públicas, diversidade e educação antirracista: desafios para cidadania inclusiva</i></p> <p><i>Dra. Renísia Cristina Garcia Filice (UnB/GERAJU) – Educação, Raça e Classe: o papel da cultura na implementação de políticas antirracistas</i></p> <p><i>Dr. Awad Ibrahim (UOtawa/ Canadá) – Raça, linguagem e globalização: o que a “nação de hip hop global” pode nos ensinar sobre cidadania?</i></p> <p><i>André Ramos (Funai) – Políticas para a educação indígena no Brasil: onde estamos e onde precisamos chegar?</i></p> <p><i>Rosane Mattos (APIB)– A luta do movimento indígena pelos direitos de cidadania no Brasil</i></p> <p>Moderadora: <i>Dra. Clélia de Freitas Capanema (UCB)</i></p>
10h-10h45	Debate
10h45-11h15	Apresentação Cultural: Dança Indígena (Pataxós)
11h15- 12h	<p>Lançamento de Livros – Editora Liber Livros</p> <p>Exposição e venda de artesanato indígena e afro-brasileiro</p>
13h30 -15h	<p>Mesa redonda: Políticas de Ação Afirmativas e Igualdade Racial no Brasil: democratizando os direitos de cidadania na sociedade e na escola</p> <p><i>Prof. MSc. Carlos Alberto Santos de Paulo (UCB) – Núcleo de Estudos Afro- Brasileiros - Os desafios epistemológicos na reconfiguração das políticas sociais no Brasil</i></p> <p><i>Prof. MSc. Edson Lopes Cardoso (UCB-SEPPPIR) – Estigmatização de longa duração e seus efeitos desumanizadores</i></p> <p><i>Maria das Graças Santos (Comunidade Afro n’zinga) – Mulher negra: estética como identidade</i></p> <p><i>Profa. MSc. Carmen Silvia Batista (EAPE /SEEDF) – A formação do educador na perspectiva étnico-racial: desafios diante da implementação das leis nas escolas públicas do DF</i></p> <p>Moderadora: <i>Dra. Beatrice Laura Carnielli</i></p>
15h – 15h15	Coffee Break

1515 -17h15	<p>Comunicação Oral</p> <p>Anfiteatro Kubitschek 1 – Educação para os Direitos Humanos e Inclusão Social (Presença de Tradutor) <i>Kirchschläger Peter PHZ Luzern</i> - Global Perspectives and Challenges for Human Rights Education <i>Nair Heloisa Bicalho (UnB)</i> - Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos no Brasil: desafios e perspectivas <i>Adriana Miranda e Maraisa Lessa (SEEDF)</i> - A educação em direitos humanos no Distrito Federal: conquistas e desafios <i>Janete Palazzo e Fernanda Marsaro dos Santos (UCB)</i> - Educação Integral e Educação de Tempo Integral: Desafios e Contradições na Constituição da Cidadania Moderador: <i>Emanuella Monteiro</i></p> <p>Anfiteatro Kubitschek 2 – A Educação Antirracista no Brasil <i>Márlei Afonso de Almeida e Maria da Glória Alves (SEEDF)</i> - As cotas raciais na universidade na opinião dos alunos cotistas <i>José Luiz Villar</i> - Abordagem histórica da Construção da “invisibilidade” do negro na Educação Brasileira <i>Jorge Manoel Adão</i> - Construção e desafio de uma identidade negra positiva a partir de Alberto Melucci <i>Denise Lima (UCB)</i> - Da necessidade de novas práticas: implicações da Lei Federal N° 10.639/2003 no Ensino Médio Moderador: <i>Fernanda Penna Baptista</i></p> <p>Anfiteatro Cinevídeo – Sociedade, Juventude e Violência <i>Diogo Acioli Lima</i> - Consumo, espetáculo e violência nas escolas públicas do Distrito Federal <i>Luciano Lucas Cardoso</i> - Formação e atuação do educador social no Brasil <i>Sinara Zardo</i> - Contribuições do método documentário para a compreensão do processo de inclusão escolar de jovens com deficiência no Ensino Médio: um estudo do caso do Estado de Goiás <i>Mário Luiz da Silva</i> - Empresariado e a questão Social Moderador: <i>Márlei Sousa de Almeida</i></p> <p>Anfiteatro Banco BVA – Desafios Contemporâneos da Política Educacional <i>Renato de Oliveira Brito, Olzeni Costa Ribeiro e Magali Machado (UCB)</i> - Políticas educacionais e exclusão: questões contemporâneas de cidadania dos estudantes com superdotação em situação de pobreza <i>Gabriela Sousa Rego Pimentel (UCB)</i> - A política de Ensino Médio nos marcos da Constituição /1988 e da LDB/1996: o estado atual da questão em um município baiano. <i>Giovanna Silveira</i> - A oferta da Educação Formal aos adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação: “Um olhar diferenciado da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal” <i>Simone Coité</i> - Formação continuada de professores e políticas educacionais: discutindo conceitos, concepções e metodologias Moderador: <i>Renato Sérgio Borges</i></p> <p>Anfiteatro Universa – Educação, Pobreza e Alternativas <i>Natália Duarte (UnB)</i> - População em situação de pobreza e qualidade da educação Brasileira <i>Henrique Torres</i> - As matrizes copedagógicas e a educação do campo – uma abordagem possível e necessária <i>Kátia Christina Soares de Moraes Corrêa (UCB)</i> - Os desafios da Educação Profissional Brasileira na promoção da cidadania <i>Gleician Barbosa (UCB)</i> - O reconhecimento, avaliação e certificação de aprendizagens não formais e informais: experiências na Educação Profissional Moderador: <i>Gleice Paixão</i></p>
-------------	--

17h15-17h40	Encerramento do Seminário (Sorteio de livros) MSc. Martha Paiva Scárdua – Assessora do Programa de Educação - UCB MSc. Fernanda Marsaro dos Santos – Doutoranda em Educação da UCB MSc. Olmira Bernadete Dassoler - Doutoranda em Educação da UCB e Fundação Univerisa
17h40 -18h	Entrega de certificados Equipe de apoio

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. O Fórum de Discussões *on-line* do Seminário estará aberto do dia 02 a 06 de agosto. As informações para acesso serão enviadas, por e-mail, no dia 25 de julho. Para receber os certificados, todos deverão acessar e participar do Fórum durante esse período. Para maiores informações: marthap@ucb.br
2. O evento contará com a Exposição Fotográfica: **Zo'é “Os Homens da Última Fronteira”**, dos fotógrafos franceses: Serge Guiraud, Maite e Paul Dequidt.
Realização: *Sociedade Nheengatu / Ministério da Cultura / SIDC.*
3. Também contaremos com a presença do fotógrafo José Rosa (Projeto Fitolata), falando do seu trabalho “A LUZ KALUNGA - Fotografias *Pin Hole*”. Serão distribuídos alguns exemplares da exposição para o público.
4. O evento contará com exposição e venda de artesanato indígena e produtos da cultura afro-brasileira.
5. As livrarias SBS e Arco-íris estarão vendendo livros relacionados aos temas do Seminário.
6. **Pedimos que cada participante doe um quilograma de alimento não perecível**, que deverá ser entregue no momento de credenciamento no evento. Esse material foi solicitado como doação pela comunidade indígena que fará a dança no dia 05 de agosto.

Agradecemos desde já pela sua colaboração e participação!

Atenciosamente,

Dra. Ranilce Guimarães-Iosif

Coordenadora da Comissão Organizadora do Seminário
ranilce@ucb.br

Esta obra foi editorada pela Universidade Católica de Brasília
Impressão: Miolo: Papel A/P 75g/m² — Capa: Papel Supremo 240g/m²
Formato: 150x210mm — Fontes: Aldine 401 Bt, Berthold Akzidenz Grotesk
Tiragem: 300 Exemplares

